

DECRETO PRORROGA REDUÇÃO DO ICMS PARA COMBUSTÍVEIS

IMPOSTO CONGELADO Um decreto no Diário Oficial de ontem estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis. Diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021. A Bahia defendeu a medida no Conselho Nacional de Política Fazendária. O decreto reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24. No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais 12 meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada até 30 de junho.

Veículo: ATARDE ONLINE

Canal de Comunicação: INTERNET Seção: NOTÍCIAS

Título: ICMS sobre diesel na Bahia é congelado por mais 12 meses

Data: 30/03/2022

Link: <https://atarde.com.br/bahia/icms-sobre-diesel-na-bahia-e-congelado-por-mais-12-meses-1191336>



O Governo da Bahia estabeleceu que, por mais 12 meses, o valor do ICMS sobre o diesel permanecerá congelado por mais 12 meses, com em valores de 1º de novembro de 2021. A medida consta em decreto assinado pelo governador Rui Costa (PT) e publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (30). Já no caso de outros combustíveis como gasolina, etanol e gás de cozinha, a medida também, mas o imposto estadual congelado por menos tempo: 90 dias, sendo válido até 30 de junho. Perdas Em comunicado divulgado na noite desta quarta-feira (30), o Governo do Estado afirmou, por outro lado, que A despeito do congelamento do ICMS nos últimos meses, no entanto, os preços nas bombas seguiram aumentando em todo o país."Por isso as secretarias estaduais de Fazenda insistem em cobrar ação mais concreta por parte do Governo Federal e da Petrobras, tendo em vista já estar demonstrado que as frequentes altas registradas nas bombas decorrem da política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional", informou. Além disso, enquanto a Petrobras - ainda conforme a gestão baiana - registrou lucro líquido de R\$ 106 bilhões em 2021, apenas a Bahia, de acordo com a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-Ba), arcará com uma perda bruta de arrecadação de cerca de R\$ 897 milhões entre abril e dezembro de 2022, em decorrência da prorrogação do congelamento do ICMS.O cálculo não inclui as perdas do período de janeiro a março nem aquelas decorrentes de uma eventual nova prorrogação para os congelamentos relativos à gasolina, ao etanol e ao gás de cozinha. Publicações relacionadas

bahia

(<https://www.correio24horas.com.br/noticias/categoria/bah>)

Decreto estabelece nova prorrogação do ICMS reduzido para combustíveis na Bahia

Diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021

Da Redação

30.03.2022, 17:52:09

publicidade



publicidade



(Carol Garcia/GOVBA)

Um decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (30) estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis. Diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021.

A Bahia defendeu a medida no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O decreto estadual reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24.

No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais doze meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada pelo Confaz por mais 90 dias, até 30 de junho.

Bahia terá perda de R\$ 897,5 milhões

Enquanto a Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 106,6 bilhões em 2021, apenas a Bahia, de acordo com a Sefaz-Ba, arcará com uma perda bruta de arrecadação de cerca de R\$ 897,5 milhões entre abril e dezembro de 2022, em decorrência da prorrogação do congelamento do ICMS. O cálculo não inclui as perdas do período de janeiro a março nem aquelas decorrentes de uma eventual nova prorrogação para os congelamentos relativos à gasolina, ao etanol e ao gás de cozinha.

“A Petrobras, que gera a maior parte da sua produção em território brasileiro, com custos em reais, precisa explicar à população brasileira por

que continua dolarizando os valores praticados para o consumo interno, o que tem resultado em forte pressão inflacionária”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

*Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, **nosso trabalho tem sido maior do que nunca**. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. **Assine o jornal** (https://assine.correio24horas.com.br/v2/cadastro/21/digital-anual--40-de-desconto/etapa-1?utm_source=correio24h&utm_medium=single-fim&utm_campaign=MateriaAssine&utm_content=plano).*

Apoiar o jornalismo profissional custa menos do que você imagina. Assine por R\$5,94/mês

(<https://bit.ly/3fSZaT6>)

Pela web

|

Veículo: Metro1	
Data: 30/03/2022	Caderno: <u>Cita Secretário</u>



BAHIA

Decreto estabelece nova prorrogação do ICMS reduzido para combustíveis na Bahia

Diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021.



Foto: **Rovena Rosa / Agência Brasil**

Por: **Metro1** no dia 30 de março de 2022 às 19:30

Decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (30) estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis, de forma que diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021.

Segundo o governo do estado, a Bahia defendeu a medida no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e o decreto estadual reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24.

No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais doze meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada pelo Confaz por mais 90 dias, até 30 de junho.

Mesmo com o congelamento do ICMS nos últimos meses, os preços nas bombas seguiram aumentando em todo o país, por isso as secretarias estaduais de Fazenda insistem em cobrar ação mais concreta por parte do Governo Federal e da Petrobras, tendo em vista já estar demonstrado que as frequentes altas registradas nas bombas decorrem da política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional.

Por meio da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, a Bahia reitera o posicionamento do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), de que esta política precisa ser revista imediatamente.

Perda de R\$ 897 milhões - Enquanto a Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 106 bilhões em 2021, apenas a Bahia, de acordo com a Sefaz-Ba, arcará com uma perda bruta de arrecadação de cerca de R\$ 897 milhões entre abril e dezembro de 2022, em decorrência da prorrogação do congelamento do ICMS. O cálculo não inclui as perdas do período de janeiro a março nem aquelas decorrentes de uma eventual nova prorrogação para os congelamentos relativos à gasolina, ao etanol e ao gás de cozinha. “A Petrobras, que gera a maior parte da sua produção em território brasileiro, com custos em reais, precisa explicar à população brasileira por que continua dolarizando os valores praticados para o consumo interno, o que tem resultado em forte pressão inflacionária”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.**

Comprar remédio ficará 10,89% mais caro

O reajuste dos medicamentos será de forma linear não importando se é genérico ou não

LILY MENEZES
REPORTER

A vida não anda fácil para os baianos: são aumentos nos combustíveis, nos alimentos, no transporte... E, a partir do dia 1º de abril, entrará em vigor um aumento que bem poderia ser mentira: o custo dos medicamentos, que subirá em 10,89%. Nas farmácias visitadas pela reportagem na manhã de ontem (30), já havia avisos afixados sobre o reajuste, e atendentes no balcão tentando convencer os consumidores a garantirem seus tratamentos antes da nova tabela de preços. No primeiro ano de pandemia, em 2020, o reajuste anual havia sido suspenso pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Neste ano, quem precisa de remédios terá ainda mais prejuízo: será um aumento unificado para todos os tipos.

No ano passado, a aplicação dos reajustes foi realizada por níveis, uma forma de segurar o preço ao consumidor final. Enquanto os



HAJA AUMENTO

Consumidores terão que enfrentar mais um custo, além do preço do feijão e arroz

medicamentos de referência subiram 10%, os genéricos, por terem uma concorrência maior, tiveram um incremento de 6,79%. Com um reajuste único, vai ficar mais difícil encontrar alternativas para se tratar. De acordo com a Câmara, ligada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a mudança de preço nos medicamentos é decidida por uma fórmula que leva em consideração o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a produtividade, a competitividade e o aumento de custos específicos para o setor farmacêutico. Entretanto, a Anvisaain-

da não publicou a resolução com os dados oficiais. O Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) considerou a porcentagem do reajuste abaixo do limite e até mesmo da inflação nos últimos anos em relação a outros segmentos. "Os medicamentos tem

um dos mais previsíveis e estáveis comportamentos de preço da economia brasileira", argumentou o presidente da entidade Nelson Mussolini. "Durante os dois anos de pandemia, os remédios subiram 3,75%, contra 23,1% dos alimentos e 22% dos transportes. E, embora a perspectiva de um novo aumento seja desanimadora para o bolso do consumidor, a concorrência pode aplacar o impacto, como é o caso dos genéricos. "Medicamentos com o mesmo princípio ativo e para a mesma classe terapêutica são oferecidos no país por vários fabricantes e em milhares de pontos de venda", disse o Sindusfarma em nota.

Já o Conselho Federal de Farmácia (CFF) está preocupado com a continuidade do tratamento dos pacientes: com tudo aumentando ao mesmo tempo, tem gente que vai pensar em cortar algo tão essencial como os remédios para conseguir equilibrar as contas. A situação é ainda mais delicada para quem tem doenças crônicas e faz tratamento permanente. "Deixar de usar um medicamento para diabetes ou hi-

perensão pode causar danos irreversíveis à saúde e até a morte, sem contar a sobrecarga que essa situação gera aos sistemas de saúde", alertou o secretário-geral do CFF Gustavo Pires. Ele pontuou ainda que a atuação do farmacêutico é de grande importância nesse aspecto, ajudando a encontrar formas de manter a profilaxia sem pesar tanto no bolso.

ECONOMIA
Para economizar mais na compra de remédios, é importante pedir para que o especialista receite o medicamento por seu princípio ativo e não pelo nome fantasia, para possibilitar a compra do genérico. Alguns medicamentos de alto custo podem ser obtidos gratuitamente com uma receita emitida pelo SUS, assim como os tratamentos para certas doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Caso não haja genérico para o remédio prescrito, é bom conferir se o laboratório ou fabricante não possui algum programa de descontos; alguns oferecem condições especiais para tratamento contínuo.

Pedágios estão com preços reduzidos nas estradas da Via-Bahia

Segundo o STJ, o preço do pedágio deve ser de acordo com o serviço prestado pela empresa

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A partir de hoje, quinta-feira, 31, os baianos voltam a pagar menos pela tarifa de pedágio das BR-116/324 /BA e BA-526/528. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) obteve decisão judicial favorável à redução tarifária nessas rodovias administradas pela concessionária ViaBahia. De acordo com o pedido da ANTT, a não execução de investimentos previstos no contrato de concessão constitui evento de desequilíbrio econômico-financeiro que acaba por favorecer a concessionária, a qual arre-

cada uma tarifa de pedágio com valor desproporcional para o usuário da rodovia, sem a devida contraprestação.

Segundo a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), "não se pode deixar de reconhecer o acerto do argumento da ANTT no sentido de que a formação do preço da tarifa cobrada do usuário tem conceitualização ontológica completamente distinta de uma penalidade administrativa por inexecução de obrigação contratual, direito, repita-se, obtido pela concessionária de forma provisória".

O STJ acrescentou que "o preço da tarifa pública deve

ser consequência direta do serviço prestado ao usuário, de forma que, não havendo a totalidade da prestação, pois, repita-se, obrigações consideradas não essenciais (poda, capina e roçada) não estão sendo entregues ao destinatário final, mostra-se razoável a decisão administrativa de redução tarifária".

Por fim, o tribunal superior concluiu: "A redução da tarifa não está punindo a concessionária por não cumprir obrigação da qual está isenta no momento; a redução está reconhecendo a impossibilidade de cobrar do usuário um valor total por serviço prestado a menor".

O pedido da ANTT na Justiça era de que "a não execução de investimentos previstos no contrato de concessão constitui evento de desequilíbrio econômico-financeiro". A ANTT destacou que a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabelece uma relação direta entre o serviço prestado e o preço da tarifa. "O preço da tarifa pública deve ser consequência direta do serviço prestado ao usuário, de forma que, não havendo a totalidade da prestação, pois, repita-se, obrigações consideradas não essenciais (poda, capina e roçada) não estão sendo entregues ao destinatário final", mostra-se

razoável a decisão administrativa de redução tarifária".

A concessionária ViaBahia, informou que: "O rito processual "não previa a oitiva da empresa antes da decisão do STJ, agora, no prazo legal, a ViaBahia terá oportunidade de manejar os recursos cabíveis. A empresa diz ter certeza de que o STJ, após conhecer as suas razões, não permitirá que a ANTT continue descumprindo o contrato de concessão e gerando um ambiente de insegurança jurídica, que afasta investidores do Brasil e vai na contramão do discurso oficial do governo, sobre obediência de acordos."

A mudança de tarifa acontecerá a partir da zero hora desta quinta-feira (31), em todas as Praças de Pedágio. Na BR-324 estão localizadas as praças de pedágio P1 e P2, que ficam, respectivamente, em Simões Filho e Amélia Rodrigues. A concessionária também divulgou os novos preços da BR-116. A cobrança, desta vez, será reduzida e automóveis passarão de R\$5,10 para R\$4,30 na BR-116 e de R\$2,90 para R\$2,40 na BR-324. Caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão com rodagem dupla passam para R\$4,80, na BR 324 e para R\$8,60 na BR 116.

Três cidades baianas estão entre as que mais sofrem incêndios florestais no país

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO:

Nos últimos anos, as queimadas vêm se tornando cada vez mais frequentes no mundo. No Brasil, o Cerrado, Amazônia e Pantanal são os principais atingidos pelos incêndios de grandes proporções. Esses incêndios causam grandes desastres ambientais, econômicos e até mesmo mortes. Na Bahia, três municípios aparecem entre os que mais vem sofrendo com incêndios florestais no País.

"Jaborandi, Formosa Do Rio Preto e Cotegipe estão entre os 40 municípios onde

o impacto do fogo é mais alto. Os incêndios não são naturais e tendem a se agravar com a expansão da agropecuária e mudanças climáticas", diz um estudo feito por pesquisadores do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O estudo quantifica a influência dos fatores climáticos, uso da terra, desmatamento e vegetação seca, que atua como combustível ao fogo, na ocorrência de incêndios na Amazônia, Pantanal, Caatinga, Cerrado,

Mata Atlântica e Pampa. Segundo os pesquisadores, o aumento dos incêndios florestais no Brasil parece estar associado a uma combinação entre as mudanças climáticas e o aumento do desmatamento.

Segundo ainda o estudo, que concluiu que os grandes incêndios não são naturais, tendo causa majoritariamente humana, no Cerrado e no Pantanal, o histórico de incêndios de grande impacto mostra que eles ocorrem em áreas de vegetação nativa, especialmente em Unidades de Conservação próximas a propriedades rurais que possuem maiores rebanhos bovinos e,

principalmente, nas quais ocorreu desmatamento recente.

"No caso das cidades mencionadas, observa-se que estão localizadas no oeste da Bahia, onde houve perceptível crescimento do agronegócio nos últimos anos. Desse modo, entendo que uma parcela considerável dos incêndios nesses municípios ocorre de forma intencional, de maneira a ampliar o uso e ocupação do solo com atividades agrícolas", avaliou o engenheiro ambiental formado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (URFB), Felipe Mamédio.

FISCALIZAÇÃO

Conforme o estudo, a tendência, com as mudanças climáticas e com a expansão agropecuária, é que a maior parte do Cerrado, Pantanal e Amazônia sofram com incêndios mais intensos e vastos. Em algumas regiões do Cerrado poderão ocorrer incêndios até cinco vezes mais intensos.

"Isso tornará o trabalho das brigadas de fogo cada vez mais difícil. Será necessária a intensificação da fiscalização visando a coibição dos causadores de incêndios, aliada ao maior investimento em programas de prevenção e combate de fogo",

afirmou o líder do estudo, Ubirajara Oliveira.

Felipe Mamédio alertou também que é esperado que ocorram problemas respiratórios em pessoas que venham a ter contato com a fumaça e partículas geradas pelo incêndio, implicando assim em uma pressão sobre o sistema de saúde. "Em escala global, esses incêndios contribuem com gases que favorecem a retenção de calor na atmosfera, favorecendo o aquecimento global, e consequentemente implicam em mudanças climáticas que serão sentidas em algum momento pela população do nosso planeta."

COMBUSTÍVEIS

Decreto estabelece nova prorrogação do ICMS reduzido na Bahia

Decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (30) estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis, de forma que diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021. A Bahia defendeu a medida no Confaz - Conselho Nacional de Políti-

ca Fazendária, e o decreto estadual reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24.

No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais doze meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada pelo Confaz por mais 90 dias, até 30 de junho. A despeito do congelamen-

to do ICMS nos últimos meses, no entanto, os preços nas bombas seguiram aumentando em todo o país, por isso as secretarias estaduais de Fazenda insistem em cobrar ação mais concreta por parte do Governo Federal e da Petrobras, tendo em vista já estar demonstrado que as frequentes altas registradas nas bombas decorrem da política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional.

Por meio da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), a Bahia reitera o posicionamento do Comsefaz - Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal, de que esta política precisa ser revista imediatamente.

BAHIA TERÁ PERDA

Enquanto a Petrobras registrou lucro líquido de R\$

106,6 bilhões em 2021, apenas a Bahia, de acordo com a Sefaz-Ba, arcará com uma perda bruta de arrecadação de cerca de R\$ 897,5 milhões entre abril e dezembro de 2022, em decorrência da prorrogação do congelamento do ICMS. O cálculo não inclui as perdas do período de janeiro a março nem aquelas decorrentes de uma eventual nova prorrogação para os congelamentos relativos à gasoli-

na, ao etanol e ao gás de cozinha.

"A Petrobras, que gera a maior parte da sua produção em território brasileiro, com custos em reais, precisa explicar à população brasileira por que continua dolarizando os valores praticados para o consumo interno, o que tem resultado em forte pressão inflacionária", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio.

Veículo: Ibahia	
Data: 30/03/2022	Caderno: Cita Secretário



BAHIA

Decreto estabelece nova prorrogação do ICMS reduzido para combustíveis na Bahia

Diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021

Redação iBahia (redacao@ibahia.com)

30/03/2022 às 19h35 - Atualizada em 30/03/2022 às 19h35.



Foto: Reprodução

Um decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (30) estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis, de forma que diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021.

A Bahia defendeu a medida no Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária, e o decreto estadual reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24.

No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais doze meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada pelo Confaz por mais 90 dias, até 30 de junho.

Já a despeito do congelamento do ICMS nos últimos meses, no entanto, os preços nas bombas seguiram aumentando em todo o país, por isso as secretarias estaduais de Fazenda insistem em cobrar ação mais concretas por parte do Governo Federal e da Petrobras, tendo em vista já estar demonstrado que as frequentes altas registradas nas bombas decorrem da política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional.

Por meio da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), a Bahia reiterou o posicionamento do Comsefaz - Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal, de que esta política precisa ser revista imediatamente. A Bahia terá perda de R\$ 897,5 milhões.

Enquanto a Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 106,6 bilhões em 2021, apenas a Bahia, de acordo com a Sefaz-Ba, arcará com uma perda bruta de arrecadação de cerca de R\$ 897,5 milhões entre abril e dezembro de 2022, em decorrência da prorrogação do congelamento do ICMS.

O cálculo não inclui as perdas do período de janeiro a março nem aquelas decorrentes de uma eventual nova prorrogação para os congelamentos relativos à gasolina, ao etanol e ao gás de cozinha.

“A Petrobras, que gera a maior parte da sua produção em território brasileiro, com custos em reais, precisa explicar à população brasileira por que continua dolarizando os valores praticados para o consumo interno, o que tem resultado em forte pressão inflacionária”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 30/03/2022	Coluna:



DECRETO ESTABELECE NOVA PRORROGAÇÃO DO ICMS REDUZIDO PARA COMBUSTÍVEIS NA BAHIA



30 Março, 2022

O decreto assinado pelo governador Rui Costa que estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis foi publicado nesta quarta-feira, 30, no Diário Oficial. Com isso, diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão com o ICMS baseado em valores congelados em 1º de novembro de 2021.

A Bahia defendeu a medida no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e o decreto estadual reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24.

No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais doze meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada pelo Confaz por mais 90 dias, até 30 de junho.

Enquanto a Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 106 bilhões em 2021, apenas a Bahia, de acordo com a Sefaz-BA, arcará com uma perda bruta de arrecadação de cerca de R\$ 897 milhões entre abril e dezembro de 2022, em decorrência da prorrogação do congelamento do ICMS.

Foto: Carol Garcia/GOVBA

Veículo: Política Livre	
Data: 30/03/2022	Caderno: Economia



30 de março de 2022 | 20:06

Governo da Bahia prorroga redução do ICMS para combustíveis

ECONOMIA

Decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (30) estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis, de forma que diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021. A Bahia defendeu a medida no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e o decreto estadual reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24.

No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais doze meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada pelo Confaz por mais 90 dias, até 30 de junho.

A despeito do congelamento do ICMS nos últimos meses, no entanto, os preços nas bombas seguiram aumentando em todo o país, por isso as secretarias estaduais de Fazenda insistem em cobrar ação mais concreta por parte do Governo Federal e da Petrobras, tendo em vista já estar demonstrado que as frequentes altas registradas nas bombas decorrem da política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional.

Por meio da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), a Bahia reitera o posicionamento do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), de que esta política precisa ser revista imediatamente.

Bahia terá perda de R\$ 897 milhões

Enquanto a Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 106 bilhões em 2021, apenas a Bahia, de acordo com a Sefaz-BA, arcará com uma perda bruta de arrecadação de cerca de R\$ 897 milhões entre abril e dezembro de 2022, em decorrência da prorrogação do congelamento do ICMS. O cálculo não inclui as perdas do período de janeiro a março nem aquelas decorrentes de uma eventual nova prorrogação para os congelamentos relativos à gasolina, ao etanol e ao gás de cozinha.

“A Petrobras, que gera a maior parte da sua produção em território brasileiro, com custos em reais, precisa explicar à população brasileira por que continua dolarizando os valores praticados para o consumo interno, o que tem resultado em forte pressão inflacionária”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.**

Veículo: BAHIABA

Canal de Comunicação:
INTERNET

Seção:
NOTÍCIAS

Título: Governo da Bahia decreta nova prorrogação do ICMS reduzido para combustíveis

Data: 30/03/2022

Link: <https://bahia.ba/politica/governo-da-bahia-decreta-nova-prorrogacao-do-icms-reduzido-para-combustiveis/>



Foi publicado no Diário Oficial do Estado desta quarta-feira (30), o decreto que estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis, de forma que diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021. A medida foi defendida pela Bahia no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e o decreto estadual reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24. No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais doze meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada pelo Confaz por mais 90 dias, até 30 de junho. Apesar do congelamento do ICMS nos últimos meses, no entanto, os preços nas bombas seguiram aumentando em todo o país, por isso as Secretarias estaduais de Fazenda insistem em cobrar ação mais concreta por parte do Governo Federal e da Petrobras, tendo em vista já estar demonstrado que as frequentes altas registradas nas bombas decorrem da política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional. Por meio da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), a Bahia reitera o posicionamento do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), de que esta política precisa ser revista imediatamente.

bahia

(<https://www.correio24horas.com.br/noticias/categoria/bah>)

Pagamento do IPVA para veículos com placas de final 1 é prorrogado para 4 de abril

Não houve alteração porém da data para pagamento do imposto dos automóveis com placas de final 2, que termina nesta quinta-feira (31)

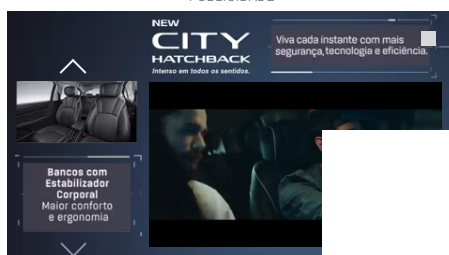
Da Redação

redacao@correio24horas.com.br (mailto:redacao@correio24horas.com.br)

30.03.2022, 18:29:00

Publicidade

PUBLICIDADE



publicidade



(Foto: Elói Corrêa/GOVBA)

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o **Jornal Correio** por apenas R\$ 5,94/mês.

(<https://oferta.correio24horas.com.br/o-melhor-preco-do-ano>)

A data de pagamento do IPVA para os automóveis com placas de final 1, que terminaria nesta quarta-feira (30), foi prorrogada para o dia 4 de abril, em função de uma instabilidade no sistema que impossibilitou a escolha da opção de parcelamento pelos contribuintes. A nova data é válida tanto para pagamento da cota única com 10% de desconto quanto para quitação da primeira das cinco cotas do imposto.

Não houve alteração porém da data para pagamento do IPVA 2022 dos automóveis com placas de final 2, que termina nesta quinta-feira (31) para quitação da cota única com desconto ou pagamento da primeira cota. As demais datas do calendário do imposto permanecem as mesmas. Para realizar a operação, o contribuinte deve ir até uma agência, um caixa eletrônico ou então utilizar o aplicativo ou o site do Banco do Brasil, Bradesco ou Sicoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

As informações do IPVA estão disponíveis no **site da Sefaz** (<https://www.sefaz.ba.gov.br/>), Canal Inspeção Eletrônica, ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Descontos e parcelamento ampliados

Com o objetivo de proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, o Governo do Estado ampliou os percentuais de descontos e o número de parcelas para pagamento do IPVA 2022. No caso do pagamento antecipado, até 10 de fevereiro, o abatimento passou de 10% para 20%. Também foi dobrado o desconto para pagamento integral até a data da primeira cota, que mudou de 5% para 10%. Além disso, o parcelamento também foi ampliado, já que tradicionalmente o contribuinte baiano podia parcelar o imposto em três vezes.

Veículo: A TARDE ONLINE

Canal de Comunicação:
INTERNET

Seção:
NOTÍCIAS

Título: Bahia prorroga pagamento do IPVA de veículos com placas final 1

Data: 30/03/2022

Link: <https://atarde.com.br/economia/bahia-prorroga-pagamento-do-ipva-de-veiculos-com-placas-final-1-1191328>



O prazo para o pagamento do IPVA dos veículos com placas terminadas em 1 foi prorrogado para o dia 4 de abril. Segundo a Secretaria da Fazenda da Bahia, a medida foi tomada por instabilidade no sistema que impossibilitou a escolha da opção de parcelamento pelos contribuintes. A nova data é válida tanto para pagamento da cota única com 10% de desconto quanto para quitação da primeira das cinco cotas do imposto. O prazo para pagamento do IPVA 2022 dos automóveis com placas de final 2 foi mantido e se encerra nesta quinta-feira, 31 para quitação da cota única com desconto ou pagamento da primeira cota. Para realizar a operação, o contribuinte deve ir até uma agência, caixa eletrônico ou através do aplicativo ou o site do Banco do Brasil, Bradesco ou Sicoob, bastando apresentar o número do Renavam. Os percentuais de descontos e o número de parcelas para pagamento do IPVA 2022 na Bahia foram ampliados. No caso do pagamento antecipado, até 10 de fevereiro, o abatimento passou de 10% para 20%. Também foi dobrado o desconto para pagamento integral até a data da primeira cota, que mudou de 5% para 10%. Publicações relacionadas

Veículo: G1	
Data: 30/03/2022	Caderno: Bahia



Pagamento do IPVA na Bahia para veículos com placas de final 1 é prorrogado para 4 de abril

Não houve alteração da data para pagamento do IPVA 2022 dos automóveis com placas de final 2.

Por g1 BA

30/03/2022 18h16 Atualizado há 16 horas



Pagamento do IPVA na Bahia para veículos com placas de final 1 é prorrogado para 4 de abril — Foto: German Maldonado / TV Bahia

A [data de pagamento do IPVA para os automóveis com placas de final 1 na Bahia](#), que terminaria nesta quarta-feira (30), foi prorrogada para 4 de abril, por causa de uma instabilidade no sistema que impossibilitou a escolha da opção de parcelamento pelos contribuintes.

De acordo com o governo, a nova data é válida tanto para pagamento da cota única com 10% de desconto quanto para quitação da primeira das cinco cotas do imposto.

Não houve alteração da data para pagamento do IPVA 2022 dos automóveis com placas de final 2, que termina na quinta-feira (31) para quitação da cota

única com desconto ou pagamento da primeira cota. As demais datas do calendário do imposto permanecem as mesmas.

Para realizar a operação, o contribuinte deve ir até uma agência, um caixa eletrônico ou então usar o aplicativo ou o site do [Banco do Brasil](#), [Bradesco](#) ou [Sicoob](#), e apresentar o número do Renavam.

As informações do IPVA estão disponíveis no [site da Sefaz-BA](#), Canal Inspetoria Eletrônica, ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Descontos e parcelamento ampliados

Com o objetivo de proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, o Governo do Estado ampliou os percentuais de descontos e o número de parcelas para pagamento do IPVA 2022.

No caso do pagamento antecipado, até 10 de fevereiro, o abatimento passou de 10% para 20%. Também foi dobrado o desconto para pagamento integral até a data da primeira cota, que mudou de 5% para 10%.

Além disso, o parcelamento também foi ampliado, já que tradicionalmente o contribuinte baiano podia parcelar o imposto em três vezes.

Veículo: AGÊNCIA SERTÃO

Canal de Comunicação:
INTERNET

Seção:
NOTÍCIAS

Título: Desconto de 10% no IPVA de veículos com placas de final 1 e 2 termina nesta quarta e quinta-feira

Data: 30/03/2022

Link: <https://agenciasertao.com/2022/03/30/desconto-de-10-no-ipva-de-veiculos-com-placas-de-final-1-e-2-termina-nesta-quarta-e-quinta-feira/amp/>



Ainda dá tempo de aproveitar o desconto de 10% no pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos com placas de finais 1 e 2, válido para quem quitar o tributo em cota única até os dias 30 e 31/03, respectivamente. As informações estão disponíveis no site da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz), Canal Inspeção Eletrônica, ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br. Para realizar a transação, o contribuinte deve ir até uma agência, um caixa eletrônico ou então utilizar o aplicativo ou o site do Banco do Brasil, Bradesco ou Sicoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Outra opção para os proprietários de veículos é parcelar o imposto em cinco vezes, sem desconto. Para isso, é necessário pagar a primeira cota na mesma data em que ocorre o vencimento do desconto de 5%, ou seja, dia 30 para placa 1 e dia 31 para placa 2. Descontos e parcelamento ampliados Com o objetivo de proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, o Governo do Estado ampliou os percentuais de descontos e o número de parcelas para pagamento do IPVA 2022. No caso do pagamento antecipado, até 10 de fevereiro, o abatimento passou de 10% para 20%. Também foi dobrado o desconto para pagamento integral até a data da primeira cota, que mudou de 5% para 10%. Além disso, o parcelamento também foi ampliado, já que tradicionalmente o contribuinte baiano podia parcelar o imposto em três vezes. Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

Salvador, bela e dinâmica aos 473 anos

Salvador, a cidade da Bahia, completa 473 anos bela e dinâmica, mostrando que encanto e sedução não são privilégio de ninfetas. Bela, porque encravada numa baía única no mundo e dona de uma paisagem privilegiada, uma cultura ampla e miscigenada e um patrimônio que é destaque mundial. E, como nem sempre foi assim, é preciso fazer o elogio ao poder público municipal que nos últimos dez anos cuidou dessa velha senhora com carinho, corrigindo as rugas e as olheiras que outrora cobriam sua face e investindo na recuperação do seu corpo que voltou a ser sinuoso e belo. E fazer o elogio ao poder público estadual que havia abandonado Salvador, mas nos últimos dez anos investiu como nunca em sua infraestrutura e mobilidade urbana e no cuidado com suas encostas. Salvador está limpa e bem cui-

dada e, apesar de seus imensos problemas, há investimentos nos quatro cantos da cidade. Ontem mesmo, dois projetos importantes para a cidade foram lançados: A Prefeitura de Salvador lançou o Doca 1, Polo de Economia Criativa com uma área para abrigar 40 empresas e o governo do Estado assinou ordem de serviço para a construção de mais um trecho do metrô, chegando a Águas Claras e Cajazeiras.

Salvador, a cidade da Ba-

Prefeitura de Salvador lançou o Doca 1, Polo de Economia Criativa

hia, completa 473 anos e sua economia permanece dinâmica, gerando 22% do PIB estadual, com uma economia complexa e diversificada, especializada no setor terciário, responsável por 70% do PIB. Nesse setor, destaca-se o complexo de educação e saúde, que está ampliando seus investimentos, o Porto de Salvador, um dos maiores portos de contêineres do país, o setor de shoppings centers, que é o maior do Nordeste, o comércio em geral, que também registra o maior faturamento da região e uma gama diversificada de serviços de todo tipo. E o principal: Salvador é o segundo maior polo turístico de lazer do país e está pronta para retomar o turismo de negócios e os eventos. Para completar, a cidade tem um setor industrial importante, composto da construção civil, fundamental na geração de empregos, e da

indústria de transformação, que gera 12% do PIB. Todos esses setores sofreram com a pandemia, mas estão se recuperando rapidamente e a única exceção é a indústria de transformação, que reduziu seu crescimento e por causa disso a cidade perdeu a liderança econômica no Nordeste para Fortaleza. Não será difícil recuperar essa liderança, desde que políticas públicas estimulem o crescimento econômico. Salvador continua bela e dinâmica, mas tem uma tristeza intrínseca de quem sabe que a beleza às vezes esconde as vísceras da pobreza e da miséria. Por isso, a cidade da Bahia precisa ganhar de presente no seu aniversário uma revolução educacional, mais segurança pública e mais estímulo à atividade econômica formal e informal, para assim gerar mais emprego e renda para sua população.

A Bahia e o agronegócio

O PIB do agronegócio baiano cresceu 5,4% em 2021, um percentual superior ao da economia como um todo, totalizando R\$94,2 bilhões, um montante maior que o PIB total de todos os estados do Nordeste, à exceção de Ceará e Pernambuco. Nem a pandemia parou o agronegócio baiano, cuja participação no total da atividade econômica na Bahia elevou-se de 20%

para 27%. Aqui vale lembrar que o agronegócio é mais amplo do que a agropecuária e envolve atividades industriais e de transporte relacionadas com a atividade. O destaque é o segmento de distribuição e consumo final, que responde por 63% da atividade. Os dados foram divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Ciberataques na Bahia

Os ataques cibernéticos a empresas e instituições já chegaram à Bahia. Grandes empresas foram vítimas de hackers, a exemplo da Rede Bahia, Rede Atakarejo e Bridgestone, uma das maiores fabricantes de pneus do mundo, que precisou desconectar suas fábricas da internet, inclusive a de Camaçari. As instituições públicas também

foram atingidas e um ciberataque afetou mais de 20 sites do governo do Estado, que são hospedados pela Prodeb, a Companhia de Processamento de Dados. Até hoje o sistema não foi completamente restabelecido e muitos sites ainda não são acessados diretamente, mas só através da Prodeb. Alguns permanecem fora do ar.

ANP Paradas para manutenção das plataformas motivaram a queda

Produção de petróleo teve queda de 3,8%

ALANA GANDRA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção nacional de petróleo em fevereiro teve queda de 3,8% em comparação a janeiro e aumentou 3,5% frente a fevereiro de 2021. No gás natural, a redução foi de 3,1% em relação ao mês anterior e aumentou 1,6% em relação a igual mês do ano passado. No total, foram produzidos 3,754 milhões de barris de óleo equivalente por dia, sendo 2,917 milhões de barris diários de petróleo e 133 milhões de metros cúbicos diários de gás natural.

Os dados constam do Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural, divulgado ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo informou a ANP, os principais motivos para a queda na produção em re-

A produção no pré-sal, em fevereiro, caiu 2,4% em relação ao mês anterior

lação ao mês anterior foram as paradas para manutenção das plataformas P-70 (campos de Atapu e Oeste de Atapu, na Bacia de Santos), P-51 e P-56 (campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos) e da Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Descarga (FPSO, da sigla em inglês) Cidade de Anchieta (campo de Baleia Azul, na Bacia de Campos).

Pré-sal

A produção no pré-sal, em

fevereiro, caiu 2,4% em relação ao mês anterior e subiu 9,4% em relação a fevereiro de 2021. A produção teve origem em 127 poços e registrou volume de 2,841 milhões de barris de óleo equivalente por dia, sendo 2,235 milhões de barris de petróleo e 96,4 milhões de metros cúbicos de gás natural, o que correspondeu a 75,7% da produção nacional.

O boletim revela que o aproveitamento de gás natural em fevereiro foi da or-

dem de 97,7%. Foram disponibilizados ao mercado 49,9 milhões de metros cúbicos. A queima de gás no mês somou 3 milhões de metros cúbicos por dia, mostrando redução de 6% se comparada ao mês anterior e de 12,6% se comparada ao mesmo mês em 2021.

Áreas

Em fevereiro, 267 áreas concedidas, cinco áreas de cessão onerosa e seis de partilha, operadas por 41 em-

presas, foram responsáveis pela produção nacional. Dessas áreas, 62 são marítimas e 216 terrestres, sendo 11 relativas a contratos de áreas contendo acumulações marginais. A produção ocorreu em 6.149 poços, sendo 468 marítimos e 5.681 terrestres.

O grau API (escala arbitrária que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo extraído no Brasil foi de 28,2, sendo 2,4% da produção con-

siderada óleo leve, 92,6% óleo médio e 5% óleo pesado.

O boletim mostra que as bacias maduras terrestres (campos/testes de longa duração das bacias do Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo, Sergipe e Alagoas) produziram 92,834 Mboe/d, sendo 72,056 Mbbbl/d de petróleo e 3,303 MMm³/d de gás natural. Desse total, 50,1 mil boe/d foram produzidos pela Petrobras e 42,7 mil boe/d por concessões operadas por outras empresas.

CONTAS PÚBLICAS

Governo Central tem déficit primário de R\$ 20,62 bilhões

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Depois do superávit recorde em janeiro, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) voltaram a ficar negativas em fevereiro. No mês passado, o déficit primário ficou em R\$ 20,619 bilhões.

O déficit é 3,4% inferior ao de fevereiro do ano passado, quando o resultado tinha ficado negativo em R\$ 21,339

bilhões. O resultado veio levemente melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 21,743 bilhões no mês passado.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Apesar do déficit primário em fevereiro, o Governo Central acumula superávit recorde de R\$ 55,956 bilhões nos dois primeiros meses do ano. Isso foi garantido pelo resultado positivo de R\$ 76,539 bilhões em janeiro.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estipula meta de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões para este ano. O Relatório Bimestral de Receitas e Despesas reduziu a estimativa de déficit para R\$ 66,9 bilhões.

FGV

IGP-M acumula inflação de 14,77% em 12 meses

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), usado no reajuste dos contratos de aluguel no país, registrou inflação de 1,74% em março deste ano. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,83%) e em março de 2021 (2,94%).

Segundo os dados divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IGP-M acumula taxa de

5,49% primeiro trimestre do ano. Em 12 meses, a taxa acumulada chega a 14,77%, menos da metade da observada em março de 2021 (31,10%).

A queda da taxa de feve-

IGP-M acumula taxa de 5,49% no primeiro trimestre

reiro para março foi puxada pelos preços no atacado. A inflação do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede este segmento, recuou de 2,36% em fevereiro para 2,07% em março.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, por outro lado, teve alta na taxa, ao passar de 0,33% em fevereiro para 0,86% em março. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) também subiu, de 0,48% para 0,73% no período.



No total, foram produzidos 2,917 milhões de barris diários de petróleo e 133 milhões de m³/dia de gás natural

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2021, 31.12.2020, 31.12.2019. Rows include Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota nominal, Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal, etc.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, no exercício findo em 31/12/2021, a Cia. constituiu passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida neste exercício. Abaixo é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

Table with 2 columns: Controladora, Consolidado. Rows include Mais valia imobilizado, Mais valia intangível, Ajuste a valor justo de debêntures, etc.

recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros. Tabela do risco de liquidez: A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2021, 31.12.2020, 31.12.2019. Rows include Ativos financeiros, Mensurados ao custo amortizado, Caixa e equivalentes de caixa, etc.

Os valores contábeis e valores justos estimados para as debêntures são similares em 31 de dezembro de 2021, tendo em vista que as operações das debêntures foram concluídas em novembro do ano corrente. Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão. O Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures e IPCA. Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas. Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I e de variação das taxas de juros CDI (12,25%) e IPCA (5,56%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 (fonte Boletim Focus datado de 18 de fevereiro de 2022). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de

Composição do Conselho de Administração

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include José Guilherme A. do Nascimento - Presidente, Jorge Antônio Carvalho Lima - Conselheiro Vice-presidente, etc.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado: No curso normal de suas operações, a Cia. e suas controladas estão expostas a riscos de mercado. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes. O risco de mercado decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O Grupo avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado a 95% a 103,65% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7 e nº 8. O Grupo utiliza o controle do custo para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Cia. não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio. Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2021, 31.12.2020, 31.12.2019. Rows include Fornecedores, Contas a pagar por aquisição de investimento, Debêntures, Instrumento financeiro derivativo, etc.

parâmetro para os cenários II (possível) e III (remoto), respectivamente.

Table with 5 columns: Operação, Risco, Cenário I, Cenário II, Cenário III. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicação financeira, Contas a pagar por aquisição, etc.

Hierarquia do valor justo: A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quanto da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível

2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integridade dos termos dos ativos e passivos. • Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve transiência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3. Gestão de risco de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Cia.s do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 são:

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2019. Rows include Debêntures (nota explicativa nº 16), Caixa e equivalentes de caixa, Índice explicativa nº 7 e 8, etc.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível. Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível. Aquisição de investimento em contrapartida à rubrica de contas a pagar. Integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Composição da Diretoria

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho - Diretor, Willian Calisto de Assis - CRC 017.114 BA - Contador, etc.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Ações, Conselho e Diretoria da ELTRONER S.A. (Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Eltroner S.A. em 31/12/2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na perspectiva de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Aquisição participação societária - Combinação de negócios: Conforme nota explicativa nº 12 as demonstrações financeiras, a Companhia celebrou contrato de investimento outross emergem para aquisição de participação societária adicional, e consequente obtenção de controle acionário da Brasil PCH adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações em notas explicativas são acatadas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021. Então, a representação de valores correspondentes Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.3 as demonstrações financeiras, os valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentados para fins de comparação, foram reificados e estão sendo representados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - "Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro" (equivalente a norma internacional IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"), em decorrência de inclusão de divulgações adicionais requeridas apenas para companhias com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31/12/2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão concluídas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas to-madas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabi-

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2019. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Índice explicativa nº 7 e 8, etc.

31. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DTS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação dessas Dts, individuais e consolidadas em 30 de março de 2022, as quais considerou os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter afetado as Dts, individuais e consolidadas, quando requeridos.

Idade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas Controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possamos influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou apresentação falsa de informações. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias e a natureza das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de opinião, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Table with 2 columns: Controladora, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Índice explicativa nº 7 e 8, etc.

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU

ECONOMIA & NEGÓCIOS

RECUPERAÇÃO Na pauta da visita, ações para reconstrução da cidade, que sofreu com as chuvas

Prefeita destaca as ações de fomento ao turismo em Lençóis



Em visita ao Grupo A TARDE, Vanessa Senna e a deputada Ivana Bastos foram recebidas pelo diretor Luciano Neves

Rafaela Araújo / Ag. A TARDE

DA REDAÇÃO

A deputada estadual Ivana Bastos (PSD/BA) e a prefeita de Lençóis, Vanessa Senna (PSD/BA), realizaram uma visita institucional à sede do Grupo A TARDE na manhã de ontem. Recebidas pelo diretor de Relações Institucionais, Luciano Neves, a parlamentar e a prefeita destacaram as políticas públicas para o fomento do turismo no município, bem como as ações para reconstrução da cidade, que recentemente sofreu os impactos das chuvas no estado.

a prefeita. Voos comerciais Preocupada com a suspensão dos voos comerciais no município, devido à pandemia e também por falta de uma empresa administradora, a prefeita informou que a gestão municipal vai administrar o aeroporto para garantir, o mais breve possível, a retomada das atividades com aviação regular. Através da parceria com a deputada Ivana Bastos, o município tem recebido diversos investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança, valorização da agricultura familiar, fomento ao esporte e infraestrutura, especialmente na recuperação das estradas danificadas pelas enchentes.

"Lençóis é um dos melhores destinos de ecoturismo no mundo. É uma cidade referência para o turismo e a economia baiana. Agradeço ao Grupo A Tarde por nos

receber e dar esse espaço para falarmos sobre as ações que visam o desenvolvimento do nosso estado. Como deputada estadual, me sinto na obrigação de ampliar as boas práticas na Bahia, e o trabalho que tem sido feito em Lençóis é exemplo para o estado", disse Ivana Bastos. A deputada ainda pontuou que "a imprensa tem um papel fundamental na disseminação das ações positivas que são realizadas. E o jornal A TARDE, com a sua trajetória pautada na credi-

Vanessa Senna informou que o município vai administrar o Aeroporto de Lençóis

bilidade e no exercício diário de levar informação de maneira precisa e clara, muito nos representa e fortalece o trabalho", finalizou Ivana Bastos.

A TARDE Educação A deputada e a prefeita foram apresentadas ao Projeto A TARDE Educação pela coordenadora do Programa, Andréa Silveira.

O projeto iniciou suas atividades em abril de 1996, por meio de uma iniciativa pioneira de Renato Simões, presidente de honra do Gru-

po A TARDE, com apoio do professor Edivaldo Boaventura. Hoje, com 26 anos, é um dos mais conceituados programas brasileiros e foi contemplado com um prêmio internacional, o World Young Reader Prize, em 2012 - que reconhece projetos que promovam a formação de leitores no mundo. O objetivo é estimular o desenvolvimento da competência leitora, com enfoque na formação integral do su-jeito, colaborando assim com a aquisição das competências crítica e ética, através do manuseio e da produção das mídias na escola, possibilitando aos professores o acesso ao jornal como instrumento pedagógico potencial ao trabalho, com os temas transversais e a interdisciplinaridade. O projeto promove a capacitação por meio de cursos e vídeo aulas, para que os docentes possam utilizar com eficácia os recursos das plataformas tecnológicas.

DECORAÇÃO Florense reabriu loja em Salvador com show de Brown

atarde.com.br/columnistas

DINHEIRO ESQUECIDO

Valores a receber de até R\$ 10 são 69,8% dos casos

WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília

O Banco Central (BC) atualizou ontem o balanço das liberações de valores esquecidos em instituições financeiras. Os saldos residuais de até R\$ 10 representaram 69,8% das liberações para pessoas físicas, pequena diferença em relação aos 69,7% do levantamento divulgado há duas semanas.

O balanço sofreu pequenas mudanças porque, nesta semana, as instituições financeiras informaram novos valores esquecidos ao BC. Ao todo, cerca de 200 mil correntistas que não teriam valores a receber na rodada inicial terão saldos residuais.

O número total de pessoas físicas com quantias a receber passou de 27,3 milhões para 27,5 milhões. Como há casos em que um mesmo CPF tem mais de um valor a receber, o número de transações que o sistema do Banco Central pode realizar passou de 32,3 milhões para 32,6 milhões de transações.

Os números consideram os valores sacados como a serem resgatados. O total de registros de pessoas físicas com saldos residuais de até R\$ 1 subiu de 13,84 milhões para 13,96 milhões, passando de 42,8% para 42,7% do total.

Os montantes entre R\$ 1 e R\$ 10 aumentaram de 8,7 milhões para 8,85 milhões de casos e em termos percentuais passaram de 26,9% para 27,1%. Ao somar as duas faixas, o montante de quem tem até R\$ 10 a receber chega a 69,8%.

Nas faixas mais altas, os registros de valores entre R\$ 10.000,01 e R\$ 100 mil aumentou de 36.029 para 36.497, mas continua a corresponder a apenas 0,11% dos casos. Os casos de pessoas físicas com mais de R\$ 100 mil esquecidos passou de 1.318 para 1.370, em termos percentuais, a proporção se manteve em apenas 0,004% do total.

PT fecha com MDB e escolhe Geraldo Jr. para vice

CHAPA DO GOVERNO O governador da Bahia, Rui Costa (PT), confirmou a escolha do vencedor de Salvador e presidente reeleito da Câmara Municipal da cidade, Geraldo Jr. (MDB), como vice na chapa governista, encabeçada por Jerônimo Rodrigues, para disputar a sucessão estadual na Bahia.

A chapa, que será anunciada oficialmente hoje, com a presença de Lula, pré-candidato

à Presidência, fica assim: Jerônimo Rodrigues (PT, candidato a governador), Geraldo Júnior (MDB, candidato a vice-governador) e Otto Alencar (PSD, candidato ao Senado).

“Jerônimo é um filho de Jequié e ele, na minha opinião, reúne as qualidades essenciais para um governador. É uma alma boa e um ser humano competente, que conhece as dificuldades de qualquer família simples na Bahia”, disse Rui, que leva para a sua base aliada o MDB do ex-ministro Geddel Vieira Lima.

Geddel, que está em liberdade condicional desde fevereiro na condenação por lavagem de dinheiro no caso do

bunker com R\$ 51 milhões em Salvador, esteve presente no anúncio da parceria na tarde de ontem, na sede do MDB da Bahia, mas não deu entrevistas. Foi sua primeira aparição pública desde que foi preso.

Hoje, o ex-presidente Lula virá à Bahia para o lançamento da chapa do PT no estado. O evento será realizado no Wet, na Avenida Paralela. O nome de Jerônimo, ex-secretário estadual de Educação, foi anunciado no último dia 11. Há duas semanas, o PT perdeu o apoio do PP, partido do vice-governador João Leão (PP). Leão não gostou de saber, pela imprensa, sobre o recuo de Rui em se candidatar ao Senado.

Nova Brasília de Itapuã sofre com falta frequente de água

TRANSTORNO Moradores do bairro de Nova Brasília de Itapuã relatam enfrentar problemas de falta d'água mais de uma vez por semana. Para aqueles que possuem reservatórios menores e moram com a família, o cenário é desesperador, em especial na Rua Sete de Setembro.

Mesmo com as contas da Embasa em dia, Renata Sá, 42, estava sem água em casa ontem. Com um filho de cinco meses, ela conta que a falta do recurso é costumeira no bairro e que seu dia a dia com o bebê está comprometido.

O proprietário do bar Bavi, Rogério de Jesus, também reclama da situação caótica. O comerciante afirma que possui dois tanques, mas que recentemente desativou um deles, o que aumentou os problemas. Segundo Rogério, quando a água fica escassa, o movimento do bar cai e ele tem dificuldade de atender a clientela.

A Embasa não explicou os motivos da falta de água até o fechamento desta edição.

EMBASA É INCLUÍDA NO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

APROVAÇÃO Em sessão extraordinária antontem, a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou um projeto de lei que enquadrará a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) no novo Marco Legal do Saneamento. O PL, oriundo do Poder Executivo, foi aprovado com 26 votos da bancada governista e oito contrários da oposição. Com a aprovação, será acrescido à Lei 2.929 o artigo 15-A, que estabelece como objeto social da empresa a prestação de serviços de saneamento básico, compreendendo as atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário e seus subprodutos de forma adequada à saúde pública.

APREENSÃO

26

aves silvestres foram resgatadas pela Polícia Rodoviária Federal em Eunápolis, no extremo-sul baiano, ontem

200%

era o lucro que o motorista do caminhão pretendia obter com a venda dos pássaros

DECRETO PRORROGA REDUÇÃO DO ICMS PARA COMBUSTÍVEIS

IMPOSTO CONGELADO Um decreto no Diário Oficial de ontem estabelece a continuidade da tributação reduzida sobre combustíveis. Diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha continuarão pagando ICMS com base em valores congelados em 1º de novembro de 2021. A Bahia defendeu a medida no Conselho Nacional de Política Fazendária. O decreto reflete os termos de convênio acordado por todos os fiscos estaduais e publicado no último dia 24. No caso do diesel, o efeito da decisão foi manter por mais 12 meses o valor congelado para cobrança. Para os demais combustíveis, a prorrogação do congelamento foi autorizada até 30 de junho.

MINISTÉRIO DO TURISMO E INSTITUTO CULTURAL VALE APRESENTAM

companhia de dança

DEBORAH COLKER

09-10 ABRIL

TEATRO CASTRO ALVES

ASSINANTE CLUBE CORREIO 40% DE DESCONTO.

Clube Correio

www.sympla.com.br

SERTANEJA EMPRESA AGRO PASTORIL S/A
CNPJ 13.860.295/0001-74

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na Avenida Ruy Barbosa nº 67, Centro, Barreiras, Bahia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício de 2021. Barreiras/BA, 31 de março de 2022. Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ BA - CNPJ: 15.891.130/0001-03

AVISO DE LICITAÇÃO (CONCORRÊNCIA Nº 005/2022) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal torna público a licitação citada. Objeto: Empresa de engenharia para execução das obras de requalificação do calçadão Anísio Batista em Mar Grande, no Município de Vera Cruz/BA. Sessão de Abertura: 03/04/2022 às 9h. Local da Sessão: Comissão Permanente de Licitação - Rua São Bento, 123, Centro, Vera Cruz/BA. Retirada de edital: Comissão Permanente de Licitação das 08h30min às 14h30min, ou site de transparência <http://pmveracruzba.imprensaoficial.org>. Informações: licitacoes@pmveracruzba.gov.br ou licitacoes@pmveracruzba.gov.br

Andrea Epifânio de Oliveira - Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA (BA)

AVISO DE LICITAÇÃO (CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 002/2022) - O Município de Amargosa torna público o Credenciamento citado, destinado a credenciar Serviços de Arbitragem Especializada para as competições esportivas nas modalidades de futebol de campo, futebol de várzea e futsal, organizadas pela Prefeitura Municipal de Amargosa, sob a supervisão da Diretoria de Esportes e Lazer, conforme descrito no Edital. Informações: licitacoes@amargosa.ba.gov.br ou TEL: (075)3634-2735. Edital: <https://amargosa.ba.gov.br/diariooficial/a-partir-de-9-5-2019/ultimos-diarios-publicados/>. Carla Souza Oliveira, Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA (BA)

AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022)
Processo Administrativo nº 040/2022
ID BB nº 927721

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Itaparica/ Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 016/2022, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2022. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para atender as diversas secretarias do município de Itaparica/Ba. Data e horário de realização: Sessão de disputa no dia 12/04/2022 às 10h00min horas/Brasília. Edital e Anexos estão disponíveis no site www.licitacoes.com.br ou através do site <http://pmitaparicaba.imprensaoficial.org/>. Informações: itaparicalicitacao@gmail.com

Mayane Cristina Silva do Nascimento - Pregoeira

CREMEB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ 14.855.787/0001-81

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA, EM CONFORMIDADE COM A DECISÃO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, FAZ PUBLICAR A PENA DE CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL APLICADA AO DR. YHOKENN KARLO NUNES BESERRA, CREMEB 32641 E CRM-SE 2805, NOS TERMOS A SEGUIR TRANSCRITOS:

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE
APLICA PENA DISCIPLINAR DE CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL AO MÉDICO, DR. YHOKENN KARLO NUNES BESERRA, CRM-SE 2805.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional CRM-SE nº 15/2016, julgado na Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina (Resolução CFM nº 2217/18) ao DR. YHOKENN KARLO NUNES BESERRA, inscrito neste Conselho sob nº 2805, Aracaju, 22 de fevereiro de 2022. Dr. Jivan Pinto Monteiro, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe".

Salvador, 29 de março de 2022. Cons. Otávio Marambaia dos Santos - Presidente.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

Além de ajudar as prefeituras, que enfrentam dificuldades para custear o transporte público, a medida vai garantir o direito à gratuidade dos idosos

Paulo Azi

Deputado federal do União Brasil, ao defender a proposta que aporta por três anos recursos federais para subsidiar a tarifa gratuita de pessoas com mais de 65 anos em todo o país

Manda quem pode

Em meio aos preparativos para a visita que fará a Salvador hoje, o ex-presidente Lula disse, em encontro com o grupo de aliados mais leais, que o principal objetivo na agenda política da viagem é encerrar pessoalmente a bagunça gerada no PT por conflitos em torno da chapa governista na disputa pelo Palácio de Ondina. A Satélite, um cardeal do partido na Bahia, integrante da ala de petistas históricos e com trânsito livre no quartel-general de Lula em São Paulo, confidenciou que ele não faz a menor questão de esconder a irritação com seguidos tropeços da legenda nas costuras relativas à sucessão estadual, sobretudo, por possíveis danos à estratégia que traçou para a corrida presidencial.

PANOS QUENTES

"Há enorme esforço em reduzir a fúria de Lula com os companheiros, para que o evento estrelado por ele renda só saldo positivo aos coadjuvantes", afirmou o líder petista, em referência a Jerônimo Rodrigues (PT), Geraldo Júnior (MDB) e Otto Alencar (PSD), respectivamente, candidatos a governador, vice e senador da base.

Ponto de interrogação

Integrantes da tropa de choque lulista no estado, em contrapartida, manifestaram dúvidas sobre o aval do ex-presidente à chapa montada pelo PT e garantiram que não se surpreenderiam caso ele altere as peças no tabuleiro do partido. "As vésperas da viagem, Lula informou ao círculo mais próximo que desembarcaria em Salvador para botar ordem na casa e deixar claro que tem a palavra final no jogo. Pode ser intenção de aparar arestas e afinar o coro daqui em diante, mas pode ser também indicativo de nova reviravolta", ponderou outro petista graduado.

Prêmio acumulado

Teve quem perdeu mais que ganhou e quem ganhou mais que perdeu no acerto entre MDB e PT, mas existe alguém que lucrrou 100%. Escalado oito meses antes para mediar o acordo junto aos irmãos Geddel e Lúcio Vieira Lima, o ex-secretário estadual de Saúde Fábio Vilas-Boas queria apenas cumprir a missão e uma sigla forte para concorrer a deputado federal. Ganhou além do previsto. Com o MDB na coligação majoritária, suas chances no páreo aumentaram. De quebra, caiu nas graças do presidente nacional do partido, Baleia Rossi, que determinou empenho máximo para a campanha de Vilas-Boas.

Faz de conta

Ainda está longe dos holofotes a reação da cúpula petista diante da aliança da legenda com o ex-ministro Geddel Viera Lima, apontado internamente como membro da turma de traidores que trabalharam para defenestrar Dilma Rousseff da Presidência. Sabe-se somente que Lula se mostra disposto a engolir sapos de dentro e de fora para tentar retornar ao poder, mesmo que eles sejam pesados demais.

Cara feia

Já Otto Alencar aparentou certo desconforto com a presença de Geddel no barco governista, embora faça de tudo para não transparecer o sentimento. Como se sabe, ambos travaram um vale-tudo sem regras de fair play no duelo pelo Senado em 2014, com direito a ofensas e agressões verbais.

Isso é *Criomodelagem*

Sessão única . Sem dor.
Sem corte . Sem cirurgia

Saiba mais em
nosso instagram
[@slimevoce](#)

Fale conosco: (71) 99695-6523

Slim
ESTÉTICA AVANÇADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (CONCORRÊNCIA Nº 002/2022) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 423/2022 - A Comissão Permanente de Licitação do Município de Simões Filho/BA torna público a Licitação. Objeto: Empresa especializada em engenharia para execução e manutenção e Reparo Geral dos Predios Públicos do Município de Simões Filho/BA. Abertura dos envelopes: 02/05/2022 às 09:00h no Auditório da Comissão Permanente de Licitação - COPLEL situada à Praça 07 de Novembro nº 339, Centro - Simões Filho/BA, CEP 43.700-000. Informações telefone 3296-8399 e na Sala da Copel. Edital: <http://www.simoesfilho.ba.gov.br>. Isacarta dos Santos Silva - Presidente

AVISO DE REVOGAÇÃO (CONCORRÊNCIA Nº 004/2021) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 562/2021 - A Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e, ainda, em cumprimento as disposições contidas no art. 4º caput da Lei Federal 8.666/93, devida REVOGAR o Processo Licitatório na modalidade Concorrência Nº 004/2021, com base na solicitação da Secretaria de Infraestrutura, que solicitou a revisão de suas especificações técnicas. Isacarta dos Santos Silva - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE (BA)
CNPJ:13.794.912/0001-24

AVISO DE LICITAÇÃO (CREDENCIAMENTO Nº 3/2022)
A Prefeitura M. de Baixa Grande/BA, torna público que estará credenciando a partir da data de publicação deste aviso, Contratação de pessoas jurídicas ou físicas com nível superior para a prestação de serviços profissionais junto à Secretaria Municipal de Saúde no município de Baixa Grande - BA, permanecendo em aberto para quaisquer novos interessados. Edital e informações <http://pmbaixagrande.ba.imprensaoficial.org/licitacoespregoes-convites/>, sede da Prefeitura ou pelo email licitacoesbx@gmail.com.

Adailma Pereira de Almeida - Presidente

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SALVADOR - BA

Data do leilão: 31/03/2022 às: 15:00

Local: HOTEL PRAIA DA SERRA (SALAO DE CONVENCOES) - AVENIDA DORIVAL CAYMMI, Nº 14, ITAPUA, SALVADOR, BA

TANIA MARIA DE ABREU, Leiloeiro Oficial matricula 004630-00 estabelecido a RUA ESTELA DALVA, QUADRA 13, CASA 07 - LOTEAMENTO PEDRA DO SAL, ITAPUA, SALVADOR - BA CEP: 41620-340, telefone 071 3241-2052, 071 3178-8579, 071 3374-6321 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fidejussório do EX BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70, de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFº 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização da Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo improrrogável de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda.

A venda com utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através de, e, com prévia e devida análise de uma Instituição Financeira escolhida pelo comprador.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes deste edital deverão procurar uma Instituição Financeira com a antecedência necessária a data do leilão.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados:

SED 850967 - CONTRATO 800610000408 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA, VILMA ALVES SANTOS FERREIRA, BRASILEIRO, (A) TEC.LABORATORIO, CPF 424.520.315-34, CASADO (A) COM JOAO BATISTA SOUSA FERREIRA, BRASILEIRO (A), COMERCIARIO, CPF 367.986.145-15.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 014, BLOCO 19, CONDOMINIO NOVA CIDADE II, A RUA 03, Nº 118-A, PAU DA LIMA (CANABRAVA), EM SALVADOR, BA, CONSTITUIDO INTERNAMENTE DE SALA, DOIS QUARTOS, BANHEIRO, CIRCULAÇÃO, COZINHA E ÁREA DE SERVIÇO, COM 49,75M2 DE ÁREA PRIVATIVA, 54,955M2 DE ÁREA CONSTRUIDA E FRANCO IDEAL DE 0,002080 SOBRE O TERRENO, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

SALVADOR, 11/03/2022
TANIA MARIA DE ABREU

ECONOMIA

Pela primeira vez, uma mulher assume presidência da ABAF

BASE FLORESTAL Líder Global de Relações Corporativas da Suzano S.A., a advogada com longa experiência na área ambiental Mariana Lisbôa acaba de assumir a presidência da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (Abaf). Esta é a primeira vez que uma mulher assume a presidência da associação, que completou 18 anos de fundação neste mês de março.

Mariana também celebra sua conquista na presidência da Abaf lembrando que tanto o setor florestal quanto a Suzano vêm investindo em projetos de incentivo e ações que contribuem para aumentar a presença das mulheres em todas as áreas e níveis hierárquicos.

“Em nome da Suzano e de todas as empresas associadas que me indicaram, agradeço a honra de presidir a Abaf, que representa o setor de florestas plantadas na Bahia. Este setor, entre outras contribuições econômicas, sociais e ambientais, é hoje referência mundial em se-



Mariana Lisbôa será a primeira mulher presidente da Abaf

questro de carbono, contribuindo de forma substancial para minorar os impactos das mudanças climáticas, melhorando a qualidade de vida das pessoas – especialmente nas regiões mais distantes dos grandes centros – e do planeta”, declarou Mariana em entrevista ao portal Alô Alô Bahia.

DA REDAÇÃO DO ALÔ ALÔ BAHIA

Reajuste de combustíveis pesa e IGP-M sobe mais que esperado

ALUGUEL O reajuste dos preços dos combustíveis pressionou o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) para uma alta acima do esperado de 1,74% em março, de acordo com os dados divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), seguindo a agência Reuters.

O índice, que regula contratos de aluguel, superou a expectativa em pesquisa da agência com analistas, vindo do avanço de 1,37%, depois de o indicador ter subido 1,83% em fevereiro. Com isso, o avanço acumulado em 12 meses foi a 14,77%.

“Nesta apuração, os combustíveis... começaram a influenciar os resultados da inflação ao produtor e ao consumidor. O preço do diesel avançou para 8,89% ao produtor e, o da gasolina, subiu 1,36% ao consumidor”, explicou o coordenador dos índices de preços, André Braz.

A Petrobras anunciou no começo de março alta nos

A alta dos Bens Intermediários acelerou de 1,50% em fevereiro para 2,06% em março, com o resultado de combustíveis e lubrificantes para a produção exercendo o maior peso

preços do diesel de cerca de 25% em suas refinarias, além de aumento de quase 19% na gasolina, na esteira dos ganhos nas cotações do petróleo no mercado internacional em função da guerra na Ucrânia.

Os dados da FGV mostram que o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do índice geral e apura a variação dos preços no atacado, teve alta de 2,07% no mês, depois de subir 2,36% em fevereiro.

A alta dos Bens Intermediários acelerou de 1,50% em fevereiro para 2,06% em março, com o resultado de combustíveis e lubrificantes para a produção exercendo o maior peso, já que o aumento do custo passou de 5,40% para 8,02%.

A FGV informou ainda que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no índice geral, acelerou a alta a 0,86% em março, de 0,33% no mês anterior.

A principal contribuição partiu do grupo Transportes, cujo aumento de preços acelerou de 0,26% para 1,15%, com alta de 1,36% em março da gasolina.

Por sua vez, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) teve avanço de 0,73% no período, de alta de 0,48% em março.

O IGP-M calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência.

Sindicato ameaça interromper Pix se aumento valer só para policiais

GREVE O Sindicato Nacional de Funcionários do Banco Central (Sinal) reforçou ontem o início da greve da categoria para amanhã, dia 1º, e disse que o movimento pode ser mais severo, caso o governo publique uma medida provisória com o reajuste dos policiais federais e deixe de fora os servidores do BC.

Segundo o Sinal, uma greve mais forte poderia interromper, total ou parcialmente, o Pix, a distribuição de cédulas e moedas, as operações de mercado aberto, a divulgação do Boletim Focus (com projeções de economistas) e de “diversas taxas” e o funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Os servidores do órgão querem aumento de 26,3% para funcionários da ativa, aposentados e pensionistas. A remuneração anual de um analista do BC é de R\$ 341,1 mil, ou R\$ 26,2 mil mensais.

“Há um alto risco de ser publicada, até 2/4/2022, a medida provisória com o reajuste dos policiais federais. Se os técnicos e analistas do BC não estiverem nessa medida provisória, a greve será ainda mais forte”, disse o presidente do Sinal, Fábio Faiad, em nota. Segundo o sindicato, o fortalecimento da greve pode até interromper o Pix porque o sistema funcionaria sem manutenção, com monitoramento precário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDEÚBA
AVISO DISPENSA Nº 29/2022. ELETRÔNICA A CPL toma público aos interessados que se realizará licitação; Modalidade Dispensa Eletrônica nº 29/22-PA 86/22. COM DISPUTA. Menor Preço por Lote (único). Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais destinados à Secretaria Municipal de Ação Social para manutenção de 35 mil personalizadas a fim de atender as demandas diversas, para atender as futuras demandas das secretarias municipais de forma parcelada, conforme a necessidade dos setores e departamentos da Administração Pública Municipal, de acordo com termo de referência anexo e demais condições editais, dia 12/04/2022 - 10h, retirada edital: junto a CPL do município, 08h às 13h ou no endereço: https://doem.org.br/ba/alcoaba; e, editais – Givaldo Muniz – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCobaça
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº PR 9-2022 Toma público objeto: Contratação de sociedade empresarial especializada para prestação de serviços de materiais de papelaria e papéis diversos, para atender as demandas das secretarias municipais de forma parcelada, conforme a necessidade dos setores e departamentos da Administração Pública Municipal, de acordo com termo de referência anexo e demais condições editais, dia 12/04/2022 - 10h, retirada edital: junto a CPL do município, 08h às 13h ou no endereço: https://doem.org.br/ba/alcoaba; e, editais – Givaldo Muniz – Prefeito Municipal.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE07-2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO 020/2022 - 003/2022 AVISO O MUNICÍPIO DE ALCobaça - BAHIA toma público aos interessados que, na data, horário e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com as condições deste Edital, por meio da internet: www.licitacoes-e.com.br. OBJETO: Objeto: a contratação de sociedade empresarial para aquisição de álcool em gel em frascos de 35 ml personalizadas a fim de atender as demandas diversas, para atender as futuras demandas das secretarias municipais de forma parcelada, conforme a necessidade dos setores e departamentos da Administração Pública Municipal, de acordo com termo de referência anexo e demais condições editais, dia 12/04/2022 - 10h, retirada edital: junto a CPL do município, 08h às 13h ou no endereço: https://doem.org.br/ba/alcoaba; e, editais – Givaldo Muniz – Prefeito Municipal.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE08-2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO 021/2022 - 002/2022 AVISO O MUNICÍPIO DE ALCobaça - BAHIA toma público aos interessados que, na data, horário e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com as condições deste Edital, por meio da internet: www.licitacoes-e.com.br. OBJETO: Objeto: a contratação de sociedade empresarial para aquisição de garrafas de água personalizadas para os profissionais da Educação e estudantes da rede pública municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, em atendimento ao Plano de Retorno às aulas presenciais do município de Alcobaca. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Empresas nacionais do ramo, inclusive individuais, que atendam as condições deste Edital e seus Anexos. DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada nos sites: www.doem.org.br/ba/alcoaba/edital e www.licitacoes-e.com.br e na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alcobaca, localizada na Pça São Bernardo, 330, Centro, Alcobaca - BA, CEP: 45.910-000, no horário local das 07h00min (sete) às 13h00min (treze) horas do dia 31 de março de 2022, até às 08h00min do dia 13 de abril de 2022. DATA/HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS: O envio das propostas ocorrerá a partir da liberação do Edital pelo licitacoes-e até às 08h00min do dia 13 de abril de 2022, horário limite estabelecido sendo uma hora antes do início da Sessão Pública. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. DATA E HORA PARA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO: a partir das 09h00min do dia 13 de abril de 2022. ALCobaça - BA, 30 de março de 2022. Givaldo Muniz Prefeito Municipal.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE09-2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2022 - 139/2021 AVISO O MUNICÍPIO DE ALCobaça - BAHIA toma público aos interessados que, na data, horário e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com as condições deste Edital, por meio da internet: www.licitacoes-e.com.br. OBJETO: Objeto: a contratação de sociedade empresarial para aquisição de utensílios para alimentação escolar de alunos da rede pública, através da Secretaria Municipal de Educação. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Empresas nacionais do ramo, inclusive individuais, que atendam as condições deste Edital e seus Anexos. DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada nos sites: www.doem.org.br/ba/alcoaba/edital e www.licitacoes-e.com.br e na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alcobaca, localizada na Pça São Bernardo, 330, Centro, Alcobaca - BA, CEP: 45.910-000, no horário local das 07h00min (sete) às 13h00min (treze) horas do dia 31 de março de 2022, até às 08h00min do dia 13 de abril de 2022. DATA/HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS: O envio das propostas ocorrerá a partir da liberação do Edital pelo licitacoes-e até às 08h00min do dia 13 de abril de 2022, horário limite estabelecido sendo uma hora antes do início da Sessão Pública. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. DATA E HORA PARA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO: a partir das 09h00min do dia 13 de abril de 2022. ALCobaça - BA, 30 de março de 2022. Givaldo Muniz Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUE NOVO - BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 026/2022 - Objeto: Aquisição de mobiliários, eletrônicos, eletrodomésticos, entre outros. Sessão Pública: 13.04.2022, às 09h. Site da sessão: www.licitacoes-e.com.br. Edital disponível em https://portalgov.net.br/transparencia/prefeitura-tanque-novo/licitacoes/edital. Maiores informações de segunda à sexta das 08h às 12h. Telefone/WhatsApp: (77) 3695-1162. E-mail: cpl.tanquenovo@gmail.com. Endereço: Avenida do Contorno, Centro, Tanque Novo/BA, em 31.03.2022.
Thays Moraes Meira Oliveira
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 020/2022 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, PREGÃO ELETRÔNICO 020/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer deste município, no dia 12 de abril de 2022, às 10:00 (dez horas). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, Centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail copelsaubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 930680. Saubara, 30 de março de 2022 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 021/2022 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, PREGÃO ELETRÔNICO 021/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades da secretaria de Desenvolvimento Social deste município, no dia 12 de abril de 2022, às 10:00 (dez horas). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, Centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail copelsaubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 929773. Saubara, 30 de março de 2022 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 022/2022 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, PREGÃO ELETRÔNICO 022/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de farmamentos afim de atender as necessidades da Secretaria de Administração, no dia 12 de abril de 2022, às 13:00 (treze horas). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, Centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail copelsaubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 929773. Saubara, 30 de março de 2022 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 023/2022 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, PREGÃO ELETRÔNICO 023/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos instrumentais e materiais odontológicos para atender aos consultórios das Unidades Básicas de Saúde do Município, no dia 12 de abril de 2022, às 14:00 (quatorze horas). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, Centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail copelsaubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 929252. Saubara, 30 de março de 2022 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 024/2022 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, PREGÃO ELETRÔNICO 024/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, ferragens e materiais elétricos para atender diversas secretarias deste município, no dia 13 de abril de 2022, às 08:15 (oito horas e quinze minutos). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, Centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail copelsaubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 929252. Saubara, 30 de março de 2022 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 025/2022 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, PREGÃO ELETRÔNICO 025/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de condicionadora, para atender as necessidades deste município, no dia 13 de abril de 2022, às 14:00 (quatorze horas). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, Centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail copelsaubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 930622. Saubara, 30 de março de 2022 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 026/2022 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, PREGÃO ELETRÔNICO 026/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, para atender as necessidades deste município, no dia 13 de abril de 2022, às 14:00 (quatorze horas). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, Centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail copelsaubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 930622. Saubara, 30 de março de 2022 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de eletroeletrônicos para atender as necessidades das Secretarias deste Município, no dia 13 de abril de 2022, às 15:00 (quinze horas). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, Centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail copelsaubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 930683. Saubara, 30 de março de 2022 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro.

Miriam Leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O Supremo começou ontem um julgamento histórico. São sete ações que acusam o governo de ameaçar, por atos ou omissões, o meio ambiente e, particularmente, a Amazônia. Será fundamental, me disse um ministro, passar o recado de que "se o governo é omissivo, o Judiciário não pode ser". Tomara que seja esse o resultado do julgamento, até porque, na questão ambiental e climática, o Brasil anda na contramão. O governo estimula o desmatamento e isso eleva as nossas emissões de gases do efeito estufa. O presidente e candidatos da oposição brigam para saber quem defende mais e melhor o subsídio ao combustível fóssil. Incentivos aos derivados de petróleo elevam as emissões do Brasil e tornam o país mais injusto.

No começo da sessão, a ministra Cármen Lúcia apresentou

A Amazônia e a gasolina

seu relatório afirmando que há no STF hoje 80 ações sobre a questão ambiental. As sete ações são, portanto, pouco menos de 10% do total. "Essa pauta é fundamental para o direito à vida. E não interessa apenas aos brasileiros e ao Brasil. É uma questão planetária."

As sete ações em julgamento questionam o desmonte do governo e decisões temerárias tomadas por esta administração na área ambiental. A primeira que começou a ser analisada foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 760. Ela acusa o governo de ter acabado com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDam).

Esse plano de nome comprido foi o maior e o mais eficiente plano de combate ao desmatamento. Instituído em 2004, conseguiu com mudanças de leis, fiscalização, repressão aos crimes reduzir 80% do desmatamento até 2013. Vinte bilhões de árvores deixaram de ser derrubadas, 5 bilhões de toneladas de carbono deixaram de ser emitidos. Foi a maior contribuição de um país para combater as causas da mudança climática, explicou o advogado André Rodolfo de Lima, da Rede Sustentabilidade.

O Advogado-Geral da União, Bruno Bianco, tentou a missão impossível de comprovar que o

governo Bolsonaro não acabou com o PPCDam. Apenas evoluiu para outro plano. O novo, segundo ele, persegue como primeiro eixo "a tolerância zero com o desmatamento ilegal". Bianco empilhou números para provar seu ponto. Bastou um número dos advogados presentes para derrubar todos os de Bianco: o desmatamento subiu 76% no governo Bolsonaro.

Bianco disse com orgulho que Ibama e ICMBio têm meio bilhão de reais de orçamento. O governo já abriu mão de arrecadar R\$ 16 bilhões reduzindo impostos sobre combustíveis. Os estados dizem que foi imposto a eles um custo de R\$ 30 bilhões também para sub-

sidiar combustíveis fósseis. E Bolsonaro atropelou pela segunda vez a Lei das Estatais, a lei das S/A, para trocar de novo o presidente da Petrobras. O novo indicado, Adriano Pires, defende a criação de fundo bilionário para subsidiar ainda mais a gasolina e o diesel.

Bolsonaro faz isso para tentar atrair voto dos consumidores. Mas o ex-presidente Lula também defende que o preço dos combustíveis seja baixo, mesmo quando as cotações internacionais disparam como agora. O petróleo do tipo Brent já subiu 42% este ano. O ex-ministro Ciro Gomes quer também reduzir o preço da gasolina e ainda recompra ações da companhia. No país onde falta investimento em educação, saúde, proteção do meio ambiente, ciência, o governo e os candidatos de oposição defendem gastar dinheiro público para ter gasolina barata. O ex-ministro Sergio Moro falou em privatizar a Petrobras, mas não disse como. É uma jogada que até Bolsonaro já fez para atrair o mercado.

Os vários advogados que falaram ontem no STF lembraram que a Amazônia está perto do ponto de não retorno, a partir do qual passará por mudanças irreversíveis. O mais enfático foi Maurício Guetta, do Instituto Socioambiental. "Excelências, estamos à beira do abismo. Trata-se de mais intensa e iminente ameaça ao equilíbrio ecológico brasileiro e mundial".

O tom de urgência estava também na fala inicial da ministra Cármen Lúcia: "A natureza obriga. O ser humano dispõe, a Terra se impõe. Ninguém hoje, nem o mais feroz escravizador de gente e de terra, haverá de ter a ilusão de que pode dominar a natureza. Não pode. Deus perdoa tudo, o ser humano, às vezes, a Natureza não perdoa. Nunca. A natureza não se deixa morrer sem levar junto aqueles que a mutilaram".

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISOS DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIAS Nº 051/2022 E Nº 052/2022.
CONCORRÊNCIA Nº 051/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 19/05/2022 às 14h30min. Objeto: Pavimentação em TSD da BA 263, trecho: Entr. BR-122 - Distrito de Cantinho, Município de Urandi, extensão 19,15 km. Família 07.19.
CONCORRÊNCIA Nº 052/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 20/05/2022 às 09h30min. Objeto: Restauração em TSD na Rodovia BA-161, trecho: Entronc. BR-235 (Prox. a Remanso) - BA-752 Malhada) ext.: 34,30 km e Rodovia BA-725, trecho: Entronc. BA-161 - Pilaço Arcado - Passagem ext.: 34,20 km, extensão total: 68,50 km. 07.19. Local: Comissão Permanente de Licitação - CPL - SEINFRA, Av. Luiz Viana Filho, nº 440 - 4ª Avenida, Centro Administrativo da Bahia - Prédio Anexo 1º andar - Ala B, Salvador-Ba. Os interessados poderão obter informações no endereço supracitado, de segunda à sexta-feira, das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, maiores esclarecimentos no telefone (71)3115-2174, no site: www.infraestrutura.ba.gov.br e e-mail: cp@infra.ba.gov.br.
Salvador-Ba, 30/03/2022. Alexsandro Negreiros da Silva/Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO JACUIPE - BA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2022. A PREGOEIRA torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2022. Processo Administrativo: 123/2022. Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios de forma parcelada, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, compreendendo o fornecimento da merenda escolar, para escolas e creches da rede Municipal de Riachão do Jacuípe - BA. SESSÃO DE ABERTURA às 09:00h do dia 12/04/2022, no BLL - Bolsa de Licitações Do Brasil - www.bll.org.br - Maiores informações através do tel. (75) 3284 - 2762 das 08:00hs às 12:00horas. Os interessados poderão obter o Edital no site oficial do Município - <https://www.riachodojacupe.ba.gov.br> ou no BLL - Bolsa de Licitações Do Brasil (41) 3077-4600 (suporte ao fornecedor) - www.bll.org.br ou na Prefeitura Municipal de Riachão do Jacuípe - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08h00min às 12h00min. Riachão do Jacuípe - BA, 30 de março de 2022. VANESSA CALZANIS VASCONCELOS, PREGOEIRA.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA
AVISO AOS ACIONISTAS
A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - Embasa, CNPJ nº 13.504.675/0001-10, informa aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sua Sede Administrativa, situada na 4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, Bahia, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2021. Salvador, 30 de março de 2022. Cicero de Carvalho Monteiro - Presidente do Conselho de Administração.

XILOLITE
CNPJ/MF 62.477.088/0001-94 - NIRE 29.300.017.426
Ata da RCA realizada em 25/03/2022. 1) Hora e Local: Às 10h, na sede social da Cia., situada na Fazenda Olho D'Água dos Coqueiros, Rodovia BA - 148, Km 11,5, na cidade de Brumado, BA, CEP 46100-000. 2) Ordem do dia: a) deliberar para que seja submetida para aprovação em AGO/E, a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido ajustado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, bem como sobre a constituição de Reserva de Investimentos; b) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral. 3) Comparecimento: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia. 4) Convocação: tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, foi dispensada a convocação formal. 5) Composição da Mesa: a) Presidente: João Alfredo Camargo; b) Secretário: Paulo Roberto Amaral Quintela Junior; 6) Deliberações: Os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, o que segue: a) Aprovar a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido ajustado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, no montante de R\$ 6.587.496,00 sendo: a) R\$ 1.646.874,00 relativo aos 25% dos dividendos mínimos obrigatórios e b) R\$ 4.940.622,00, referente ao saldo remanescente, que será destinado a constituição de Reserva de Investimentos, nos termos do art. 194 da LSA e conforme previsão estatutária elencada no art. 39, C do Estatuto Social da Cia., para fazer frente ao plano de expansão da Cia., através da implantação de uma segunda nova linha de produção de talco peletizado, com a instalação de modernos equipamentos importados de micronização, peletização e secagem de talco peletizado, visando triplicar sua produção para atender com qualidade as rigorosas especificações das indústrias de plásticos. b) Aprovar para que seja convocada, na data de 29/04/2022, AGO/E, a fim de que sejam deliberadas as matérias aqui propostas. A seguir, Presidente informou aos conselheiros que encaminhará as deliberações para a assembleia de acionistas, recomendando a sua aprovação. 7) Encerramento: Nada mais havendo a tratar, ou deliberar, foi encerrada a presente Reunião do Conselho de Administração, lavrando-se a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por todos. 8) Assinaturas: João Alfredo Camargo - Presidente; Paulo Roberto Amaral Quintela Junior - Secretário; Conselheiros: João Alfredo Camargo, Paulo Roberto Sornif Camargo e Paulo Roberto Amaral Quintela Junior. Brumado, Bahia, 25/03/2022. Certifico que a presente consorte com o original lavrado em livro próprio. Paulo Roberto Amaral Quintela Junior, Secretário.

CONDOMÍNIO SALVADOR PRIME
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SUBCONDOMÍNIO MALL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O CONDOMÍNIO SALVADOR PRIME - SUBCONDOMÍNIO MALL, convoca os Srs. Condôminos para participarem de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, na forma do art. 55 da Convenção do Condomínio, a ser realizada no dia 11/04/2022 (segunda-feira), na sala de reunião do nº 02 do Home III localizada na Av. Tancreto Neves, nº 2.227, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, às 18h30 em 1ª convocação, com a presença de 51% (cinquenta e um por cento) de frações ideais do Condomínio e, às 19h00min, do mesmo dia e local, em 2ª convocação, com qualquer número de Condôminos presentes, a fim de deliberarmos as seguintes pautas:
1) Apresentação, discussão da proposta de alteração do Regimento Interno para criar regras de utilização de lojas grandes e estabelecer padrão de divisão das lojas, com as seguintes condições: divisão máxima em duas lojas, sem desmembramento ostensivo do fomento de energia e água, manutenção de apenas um vínculo com a Administração do Condomínio, limitada a divisão bipartida do uso do espaço, com metragem mínima de 100m2 cada área.
Salvador, 28 de março de 2022.
Fernan Viti
Síndico do Subcondomínio Mall

OBSERVAÇÕES:
1. E licito aos Senhores Condôminos não se desobriga de aceitarem como tácita concordância os assuntos que forem tratados e deliberados;
2. Os Condôminos em atraso nos pagamentos de suas taxas condominiais não poderão votar nas deliberações, podendo, entretanto, acompanhar a assembleia.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4,7867	R\$ 4,7872
Dólar Turismo	R\$ 4,7770	R\$ 4,9400
Euro turismo	R\$ 5,3380	R\$ 5,3390

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	120.25976	+0,2%

POUPANÇA

31/03/2022	0,5000%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

INFLAÇÃO

	Fevereiro	Ano	12 meses
IPI/IBGE	1,01%	1,56%	10,54%
INPC/IBGE	1,00%	1,68%	10,80%
IGP-M/FGV	1,83%	3,68%	16,12%

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024/2022 - Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR DIVERSOS. O EDITAL ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO: WWW.LICITAÇÕES-E.COM.BR - REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº. 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DECRETO 10.024/2019 E SUAS ALTERAÇÕES E DE MAIS NORMATAS QUE REGEM A MATÉRIA. O PREGÃO SERÁ REALIZADO EM SESSÃO PÚBLICA ONLINE POR MEIO DE INTERNET, ATRAVÉS DO SITE WWW.LICITAÇÕES-E.COM.BR MEDIANTE A INSCRIÇÃO E MONITORAMENTO DE DADOS GERADOS OU TRANSFERIDOS PARA O APLICATIVO "LICITAÇÕES-E", CONSTANTE DA PÁGINA ELETRÔNICA DO BANCO DO BRASIL. Licitação Banco do Brasil nº 930674 Acionistas das propostas: 01/04/2022 às 12:00 horas. Abertura das propostas: 13/04/2022 às 08:00 horas. Início da sessão de disputa de preços: 13/04/2022 às 09:00 horas. Informações pelo e-mail: licitacaompitapetinga@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Itapetinga, localizada na Praça Dairy Wallley, 338, Centro - onde poderá ser adquirido o edital. Hudson Batista de Oliveira, Pregoeiro oficial. Itapetinga, 30 de março de 2022. Hudson Batista de Oliveira, Pregoeiro oficial.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 026/2022 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA COMUNICA A ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2022 - Objeto: A SELEÇÃO DAS MELHORES OFERTAS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE CARTUCHOS E TONERS, E SUBSTITUIÇÃO DE CILINDRO. O EDITAL ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO: WWW.LICITAÇÕES-E.COM.BR - REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº. 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DECRETO 10.024/2019 E SUAS ALTERAÇÕES E DE MAIS NORMATAS QUE REGEM A MATÉRIA. O PREGÃO SERÁ REALIZADO EM SESSÃO PÚBLICA ONLINE POR MEIO DE INTERNET, ATRAVÉS DO SITE WWW.LICITAÇÕES-E.COM.BR MEDIANTE A INSCRIÇÃO E MONITORAMENTO DE DADOS GERADOS OU TRANSFERIDOS PARA O APLICATIVO "LICITAÇÕES-E", CONSTANTE DA PÁGINA ELETRÔNICA DO BANCO DO BRASIL. Licitação Banco do Brasil nº 930675 Acionistas das propostas: 01/04/2022 às 12:00 horas. Abertura das propostas: 13/04/2022 às 08:00 horas. Início da sessão de disputa de preços: 13/04/2022 às 09:00 horas. Informações pelo e-mail: licitacaompitapetinga@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Itapetinga, localizada na Praça Dairy Wallley, 338, Centro - onde poderá ser adquirido o edital. Hudson Batista de Oliveira, Pregoeiro oficial. Itapetinga, 30 de março de 2022. Hudson Batista de Oliveira, Pregoeiro oficial.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 027/2022 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA COMUNICA A ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2022 - Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO. O EDITAL ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO: WWW.LICITAÇÕES-E.COM.BR - REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº. 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DECRETO 10.024/2019 E SUAS ALTERAÇÕES E DE MAIS NORMATAS QUE REGEM A MATÉRIA. O PREGÃO SERÁ REALIZADO EM SESSÃO PÚBLICA ONLINE POR MEIO DE INTERNET, ATRAVÉS DO SITE WWW.LICITAÇÕES-E.COM.BR MEDIANTE A INSCRIÇÃO E MONITORAMENTO DE DADOS GERADOS OU TRANSFERIDOS PARA O APLICATIVO "LICITAÇÕES-E", CONSTANTE DA PÁGINA ELETRÔNICA DO BANCO DO BRASIL. Licitação Banco do Brasil nº 930676 Acionistas das propostas: 01/04/2022 às 12:00 horas. Abertura das propostas: 13/04/2022 às 08:00 horas. Início da sessão de disputa de preços: 13/04/2022 às 09:00 horas. Informações pelo e-mail: licitacaompitapetinga@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Itapetinga, localizada na Praça Dairy Wallley, 338, Centro - onde poderá ser adquirido o edital. Hudson Batista de Oliveira, Pregoeiro oficial. Itapetinga, 30 de março de 2022. Hudson Batista de Oliveira, Pregoeiro oficial.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2022 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA COMUNICA A ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2022 - Objeto: A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE PARA O CENTRO DE ATENÇÃO PSÍCO-SOCIAL (CAPS) E PARA A POLÍCLÍNICA MUNICIPAL DE ITAPETINGA, DAS EMENDAS PARLAMENTARES, PROPOSTA Nº 11068.3390001210-08 E Nº 11068.3390001210-12 RESPECTIVAMENTE, PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2022. O EDITAL ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO: WWW.LICITAÇÕES-E.COM.BR - REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº. 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DECRETO 10.024/2019 E SUAS ALTERAÇÕES E DE MAIS NORMATAS QUE REGEM A MATÉRIA. O PREGÃO SERÁ REALIZADO EM SESSÃO PÚBLICA ONLINE POR MEIO DE INTERNET, ATRAVÉS DO SITE WWW.LICITAÇÕES-E.COM.BR MEDIANTE A INSCRIÇÃO E MONITORAMENTO DE DADOS GERADOS OU TRANSFERIDOS PARA O APLICATIVO "LICITAÇÕES-E", CONSTANTE DA PÁGINA ELETRÔNICA DO BANCO DO BRASIL. Licitação Banco do Brasil nº 930717 Acionistas das propostas: 01/04/2022 às 12:00 horas. Abertura das propostas: 13/04/2022 às 08:00 horas. Início da sessão de disputa de preços: 13/04/2022 às 09:00 horas. Informações pelo e-mail: licitacaompitapetinga@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Itapetinga, localizada na Praça Dairy Wallley, 338, Centro - onde poderá ser adquirido o edital. Hudson Batista de Oliveira, Pregoeiro oficial. Itapetinga, 30 de março de 2022. Hudson Batista de Oliveira, Pregoeiro oficial.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 31/03/2022	Coluna: Cita Sefaz



PRF APREENDE QUASE 15 MIL LITROS DE CERVEJA SEM NOTA FISCAL



31 Março, 2022

Policiais rodoviários federais apreenderam, na manhã dessa quarta-feira (30), um caminhão-baú transportando mercadorias sem nota fiscal. A ação aconteceu no km 408 da BR-242, no município de Seabra, na Chapada Diamantina. O caminhão foi parado para fiscalização de rotina. O motorista de 53 anos apresentou os documentos de porte obrigatório, porém não foram apresentadas as notas fiscais dos produtos, o que constitui crime tributário.

Ele disse que a carga de macarrão foi embarcada em Salvador. Já o carregamento da cerveja foi realizado na cidade de Feira de Santana. As mercadorias seguiam para o estado de Goiás. Ao todo foram apreendidos 14.643 litros de cerveja e mais 10.200 pacotes de macarrão instantâneo.

Diante das informações obtidas foi constatada, a princípio, ocorrência de Transporte de mercadoria nacional sem nota fiscal. A ocorrência foi encaminhada para a **Secretaria de Fazenda Estadual (SEFAZ/BA)** para os procedimentos administrativos, o que inclui pagamento do imposto sonegado e multas.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 30/03/2022	Coluna:



GOVERNO DA BAHIA ANUNCIA INVESTIMENTO DE MAIS DE MEIO BILHÃO NA EDUCAÇÃO



30 Março, 2022

O pacote de mais de R\$ 550 milhões voltados a programas e projetos estratégicos para a rede estadual de ensino foi lançado pelo Governo do Estado, nesta quarta-feira, 30.

Entre os investimentos apresentados pelo secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, estão o lançamento de editais de programas estaduais de assistência estudantil e qualificação profissional, como Educar para Trabalhar, Universidade para Todos e Mais Estudo, e a ampliação do programa de Alimentação Escolar para o ano de 2022.

“Esse é o maior investimento de recursos do tesouro estadual na história da Bahia para a educação e para a alimentação escolar. Sabemos que muitos de nossos estudantes têm dificuldade com alimentação em casa, principalmente nesse momento de crise que o país está passando. Por isso, estamos dando um reforço nas refeições escolares. Além disso, estamos reforçando o apoio financeiro às famílias, por meio de programas como o Mais Estudo”, disse o secretário, em nota.

O governo ainda informa que foram entregues 100 Kits de robótica e equipamentos para escolas da rede estadual, como computadores e notebooks, instrumentos musicais. Estudantes cegos ou com baixa visão receberam óculos com tecnologia que auxiliam no aprendizado.

Também foi anunciada a abertura de mais de 110 mil vagas para o Programa Educar para Trabalhar, que oferece cursos de qualificação profissional no formato Educação à Distância (EaD) para estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública e assegura a Formação Inicial Continuada (FIC) com a perspectiva de inserção e reinserção no mundo do trabalho.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 31/03/2022	



Quinta, 31 de Março de 2022 - 10:00

Petrobras alerta que política de preços pode mudar em documento a investidores

por Folhapress

A Petrobras alertou investidores de que sua política de preços de combustíveis pode mudar no futuro, destacando declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL) nesse sentido. O aviso consta em documento depositado nesta quarta-feira (30) junto à SEC (Securities and Exchange Commission), órgão regulador do mercado de capitais nos Estados Unidos.

"No futuro, podem ocorrer momentos em que os preços de nossos produtos não estarão em paridade com os preços internacionais dos produtos. Ações e legislação impostas pelo governo brasileiro, enquanto nosso acionista controlador, podem afetar essas decisões de preço", afirma a estatal no texto que integra a prestação de contas anual da companhia.

O documento também lista outros fatores de risco aos negócios, como adversidades no setor de óleo e gás. A disputa em torno dos preços dos combustíveis motivou a demissão do presidente da empresa, general Joaquim Silva e Luna, por Bolsonaro nesta segunda. Gasolina, diesel e gás estão entre os itens com maior peso na inflação, problema que preocupa o Planalto em ano eleitoral.

Pesquisa Datafolha divulgada nesta semana mostra que, para a maioria dos brasileiros (68%), o governo de Bolsonaro tem responsabilidade pela alta no preço dos combustíveis.

Luna vinha sofrendo pressão para revisar a alta nos preços após disparada na cotação do barril do petróleo em decorrência da guerra na Ucrânia. O general foi pressionado publicamente pelo próprio Bolsonaro e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O militar, porém, dizia internamente que as variações eram conjunturais e não estruturais e que não havia chegado a hora de rever o mega-aumento promovido pela empresa.

Em quase um ano da gestão de Silva e Luna, os preços da gasolina subiram 27% e os do diesel, 47%. O botijão de gás subiu 27% e o GNV (gás veicular), 44%. No documento enviado à SEC, chamado de formulário 20-F, a Petrobras afirma que "o presidente brasileiro fez, algumas vezes, declarações referentes à necessidade de modificar e ajustar nossa política de preços para condições domésticas".

"Diante das manifestações feitas pelo presidente, uma nova diretoria ou Conselho de Administração pode propor mudanças nas nossas políticas de preços, incluindo decidir que essas políticas não busquem alinhamento com a paridade de preço internacional", informa a empresa no documento.

A Petrobras destaca ainda que decisões tomadas pelo governo podem afetar negativamente seus negócios, resultados e condições financeiras. Não é a primeira vez que a estatal faz esse tipo de alerta à SEC. No formulário 20-F depositado pela companhia no ano passado, a Petrobras já havia destacado que sua política de preços poderia mudar diante de declarações feitas pelo presidente brasileiro, um novo CEO —à época, a estatal também vivia uma troca de comando, com a substituição de Roberto Castello Branco por Luna—, uma nova diretoria ou um novo Conselho de Administração.

Veículo: G1	
Data: 30/03/2022	Caderno: Política



Fundo para combustíveis é caro e ineficiente, diz Tesouro; futuro presidente da Petrobras defende

Secretário do Tesouro, Paulo Valle, afirmou que momento requer 'ações mais cadenciadas'. Adriano Pires, indicado para comandar Petrobras, defende capitalização do fundo com dividendos da estatal.

Por Alexandro Martello e Ana Paula Castro, g1 — Brasília

30/03/2022 16h37 Atualizado há 17 horas

O secretário do [Tesouro Nacional](#), Paulo Valle, disse nesta quarta-feira (30) que a criação de um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis seria uma medida "cara e ineficiente".

A criação do fundo é defendida pela futuro presidente da Petrobras, Adriano Pires. Em [suas últimas declarações públicas](#), Pires defendeu a utilização de dividendos da estatal para capitalizar o fundo, o que, segundo ele, evitaria repasses de preço ao consumidor nos momentos de forte alta da cotação do petróleo.

Adriano foi [indicado para a presidência da Petrobras](#) pelo governo Jair Bolsonaro. Se a indicação for confirmada em assembleia de acionistas, ele assume a Presidência da estatal em 13 de abril.



Quem é Adriano Pires e o que ele já disse sobre a Petrobras

"A visão do Ministério da Economia, o ministro [Paulo Guedes] já expos várias vezes, são duas: primeiro a gente acredita que para resolver problema do combustível as medidas tem que ser mais focalizadas, e o fundo, na nossa visão, é que ela é caro e ineficiente", declarou Valle.

O secretário do [Tesouro Nacional](#), também avaliou que é importante "dar tempo ao tempo".

"As primeiras medidas já foram adotadas [redução de tributo sobre diesel e alíquota em reais para ICMS]. Essas já devem trazer impacto positivo, ver o impacto disso de acordo com essa guerra, que pode melhorar, esperamos que melhore", disse Valle.

O secretário afirmou ainda que a gente as tensões na Ucrânia têm diminuído nos últimos dias, podendo ter um impacto positivo no preço do petróleo e, conseqüentemente, da gasolina. Da mesma forma, outro item que influencia o preço dos combustíveis também tem apresentado evolução positiva: o dólar em queda.

Assim como o [secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Conlago](#), Valle afirmou que eventuais novas medidas precisam ser mais "focalizadas" na população de baixa renda, para evitar "gastos excessivos".

"Um exemplo teve o auxílio-gás, então assim alguma medida que tá afetando uma população mais pobre, especificamente, você dá uma medida para aquela população, não precisa dar um benefício para toda a população, atingindo classe baixa, média e alta [como a redução de tributação sobre gasolina]", disse o secretário do Tesouro.

Veículo: Política Livre	
Data: 30/03/2022	Caderno: Economia



30 de março de 2022 | 18:03

Ministério da Economia tenta fechar estatais, mas Defesa resiste

ECONOMIA

Com dificuldades de emplacar todas as privatizações prometidas, o governo Bolsonaro também não atravessa um mar calmo para concluir os planos de liquidação e incorporação de estatais. Enquanto na venda de grandes empresas, como os Correios, o percalço é a resistência do Congresso, na tarefa de dar fim às estatais o entrave está nas disputas internas e na influência dos militares no governo.

A reportagem apurou que o destino de ao menos duas empresas públicas vive esse impasse: a Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) e a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

A equipe comandada pelo ministro Paulo Guedes queria fechar as portas das duas empresas, mas enfrenta a resistência do Ministério da Defesa, no caso da ABGF, e o interesse da Marinha em manter as atividades da Nuclep, criada em 1975 para produzir equipamentos de projetos nucleares. Integrantes do Poder Executivo já admitem que a estatal não deve ser liquidada, como queria a equipe econômica.

Localizada no Rio, a Nuclep é vinculada ao Ministério de Minas e Energia, mas tem uma ligação estreita com a Marinha, principalmente pela construção do primeiro submarino de propulsão nuclear do País. Na semana passada, por exemplo, o comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, fez uma visita às instalações da estatal para acompanhar a produção de equipamentos relativa à embarcação. Esse braço das Forças Armadas tem, inclusive, um de seus quadros da reserva no comando da Nuclep, que é presidida pelo contra-almirante Carlos Henrique Silva Seixas.

Esse e outros negócios da Nuclep, no entanto, não dão conta de tornar a empresa financeiramente sustentável. Segundo o relatório de estatais mais recente, produzido pelo Ministério da Economia, a Nuclep precisou receber R\$ 223,4 milhões do Tesouro Nacional em 2020. Mesmo assim, encerrou o ano com resultado negativo.

Na mira da desestatização, a empresa decidiu se aventurar em mais um setor, e agora também investe na produção de torres de transmissão de energia. Na avaliação de integrantes da equipe de Guedes, o novo negócio foi uma forma de a estatal tentar reverter o fechamento de suas portas. O problema, apontam, é encontrar justificativa plausível para uma empresa pública começar a investir nesse mercado – contrariando completamente a política liberal preconizada no início do governo Bolsonaro. Diante desse cenário, o time de Guedes vê a desestatização da Nuclep cada vez mais distante.

Comércio Exterior

No caso da ABGF, o Ministério da Economia ainda tem esperança de conseguir uma vitória. O futuro da estatal está diretamente ligado à solução que o governo quer dar aos entraves na concessão de seguro de crédito à exportação. Quase três anos após a entrada da ABGF no Programa Nacional de Desestatização (PND), dois cenários se desenham, segundo apurou em um, a ABFG seria incorporada pela Caixa Econômica e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ideia que tem mais simpatia de integrantes da equipe econômica. Em outro, se criaria um fundo financeiro sob a estrutura da ABGF, opção que salvaria a estatal e é apoiada pelo Ministério da Defesa.

A pasta comandada pelo general Walter Braga Netto, especulado como possível candidato a vice na chapa de Bolsonaro, quer preservar a empresa em razão da importância do seguro de crédito à exportação em equipamentos de defesa. O papel da ABGF é elaborar o rating (uma espécie de notas) dessas garantias, que são concedidas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), sustentado pelo Tesouro.

No Ministério da Economia, por outro lado, técnicos afirmam que a solução para o mercado não passa pela manutenção da ABGF, mas pela reestruturação do modelo de concessão de garantias. O grande entrave atual é que o FGE é um fundo contábil, sob o guarda-chuva do orçamento federal. Ou seja, sua atuação está limitada ao teto de gastos, situação que fragilizou o FGE ao longo dos anos em função das restrições fiscais. Por

isso, há o entendimento de que a criação de um fundo financeiro, com autonomia orçamentária, é inevitável.

A questão é se isso será feito por meio da estrutura da ABGF ou da incorporação das atividades da estatal pela Caixa e pelo BNDES. A segunda opção é mais aderente à política preconizada pela Economia, de enxugamento do número de estatais e aproveitamento de estruturas públicas já existentes, afirmam fontes. Elas apontam que a incorporação da ABGF pelos dois bancos públicos também abre espaço para a capitalização do fundo financiador não demandar recursos do Tesouro – injeção que seria praticamente certa caso o fundo fosse constituído debaixo da ABGF.

Além disso, a absorção da estatal pela Caixa e pelo BNDES – e não somente por um – serviria para espantar o risco de uma instituição financeira ser responsável pelo financiamento e pela concessão da garantia na mesma operação. Neste desenho, poderia haver uma ‘dobradinha’ entre as duas instituições financeiras. Essa repartição é especialmente sensível para o BNDES, importante financiador público de longo prazo para operações de comercialização de exportações.

O País já passou por sufocos no passado em razão do modelo atual de garantias. Um dos problemas mais recentes, por exemplo, foi gerado com os calotes da Venezuela e de Moçambique em operações financiadas pelo BNDES, durante a administração petista. Em 2018, o Congresso precisou abrir um crédito suplementar de R\$ 1,16 bilhão para o FGE, para que o fundo pudesse honrar com as garantias dadas nos negócios com os dois países.

Até o momento, o governo conseguiu completar somente duas liquidações, da Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg). Já a primeira venda de estatal foi efetivada somente nesta quarta-feira, 30, com o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo, e a expectativa é de conseguir finalizar a privatização da Eletrobras neste ano.

Já a venda dos Correios é encarada a cada dia com mais descrença, já que o projeto que libera a venda da estatal que detém monopólio postal emperrou no Senado.

A reportagem procurou os ministérios da Economia, da Defesa, a Caixa, o BNDES e a Marinha, mas não houve resposta até a publicação deste texto. A Nuclep respondeu que não se manifestará por se tratar de tema discutido em âmbito ministerial.

Veículo: Política Livre	
Data: 31/03/2022	Caderno: Economia



31 de março de 2022 | 07:02

Petrobras alerta que política de preços pode mudar em documento a investidores

ECONOMIA

A Petrobras alertou investidores de que sua política de preços de combustíveis pode mudar no futuro, destacando declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL) nesse sentido. O aviso consta em documento depositado nesta quarta-feira (30) junto à SEC (Securities and Exchange Commission), órgão regulador do mercado de capitais nos Estados Unidos.

“No futuro, podem ocorrer momentos em que os preços de nossos produtos não estarão em paridade com os preços internacionais dos produtos. Ações e legislação impostas pelo governo brasileiro, enquanto nosso acionista controlador, podem afetar essas decisões de preço”, afirma a estatal no texto que integra a prestação de contas anual da companhia.

O documento também lista outros fatores de risco aos negócios, como adversidades no setor de óleo e gás.

A disputa em torno dos preços dos combustíveis motivou a demissão do presidente da empresa, general Joaquim Silva e Luna, por Bolsonaro nesta segunda. Gasolina, diesel e gás estão entre os itens com maior peso na inflação, problema que preocupa o Planalto em ano eleitoral.

Pesquisa Datafolha divulgada nesta semana mostra que, para a maioria dos brasileiros (68%), o governo de Bolsonaro tem responsabilidade pela alta no preço dos combustíveis.

Luna vinha sofrendo pressão para revisar a alta nos preços após disparada na cotação do barril do petróleo em decorrência da guerra na Ucrânia. O general foi pressionado publicamente pelo próprio Bolsonaro e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O militar, porém, dizia internamente que as variações eram conjunturais e não estruturais e que não havia chegado a hora de rever o mega-aumento promovido pela empresa.

Em quase um ano da gestão de Silva e Luna, os preços da gasolina subiram 27% e os do diesel, 47%. O botijão de gás subiu 27% e o GNV (gás veicular), 44%.

No documento enviado à SEC, chamado de formulário 20-F, a Petrobras afirma que “o presidente brasileiro fez, algumas vezes, declarações referentes à necessidade de modificar e ajustar nossa política de preços para condições domésticas”.

“Diante das manifestações feitas pelo presidente, uma nova diretoria ou Conselho de Administração pode propor mudanças nas nossas políticas de preços, incluindo decidir que essas políticas não busquem alinhamento com a paridade de preço internacional”, informa a empresa no documento.

A Petrobras destaca ainda que decisões tomadas pelo governo podem afetar negativamente seus negócios, resultados e condições financeiras.

Não é a primeira vez que a estatal faz esse tipo de alerta à SEC. No formulário 20-F depositado pela companhia no ano passado, a Petrobras já havia destacado que sua política de preços poderia mudar diante de declarações feitas pelo presidente brasileiro, um novo CEO —à época, a estatal também vivia uma troca de comando, com a substituição de Roberto Castello Branco por Luna—, uma nova diretoria ou um novo Conselho de Administração.

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 31/03/2022	



POLÍTICA

Rui afirma que justiça brasileira é responsável pelo Estado não ter recebido de volta dinheiro de respiradores



Governo conseguiu vitória na Justiça Americana e recebeu parte dos valores de respiradores

Publicado em 31/03/2022, às 09h27 - Atualizado às 09h28 Foto: Paula Fróes/GOVBA Vinícius Dias

Governador da Bahia, [Rui Costa \(PT\)](#) disparou contra o Ministério Público da Bahia durante entrevista na rádio Sociedade na manhã desta quinta-feira (31). Para o chefe do executivo estadual, o MP-BA tomou decisões difíceis de compreender e que isso comprometeu a restituição dos valores relativos à [compra de respiradores, que não chegaram ao Estado](#), durante a pandemia.

"Tínhamos duas compras, uma ação judicial correu na justiça americana. Uma foi uma compra internacional e fizemos ação na justiça americana e o dinheiro já está na conta do estado a partir da ação rápida e firme", disse Rui antes de pedir uma comparação entre a justiça estadunidense e a brasileira.

"A outra está com a justiça brasileira e essa não temos ainda solução. Eu permaneço com a minha indignação. Um dia eu terei de saber porque o MP-BA mandou soltar os bandidos que estavam presos na história dos respiradores. Eu botei na cadeia aqueles que tinham lesado o Estado, mas eles

estão soltos, não sei fazendo o quê. Espero que a justiça brasileira faça devolver o dinheiro aos cofres públicos", disparou o governador.

Em fevereiro, a empresa norte-americana Ocean 26 Inc, que negociou a venda de 600 respiradores com o Governo do Estado no início da pandemia do coronavírus, [ressarciu os cofres públicos da Bahia, após acordo judicial celebrado e homologado pelo Tribunal Distrital dos Estados Unidos](#) do Distrito Central da Califórnia.

A compra foi formalizada em março de 2020 e a entrega dos equipamentos deveria ter sido realizada em abril daquele mesmo ano.

O governo baiano antecipou parte do valor do pagamento, cerca de U\$ 8,4 milhões, mas os respiradores nunca foram entregues, fato que motivou a ação judicial contra a empresa perante a justiça americana.

mercado



O general Joaquim Silva e Luna, atual presidente da Petrobras; o governo anunciou sua substituição por Adriano Pires no cargo Adriano Machado - 14.4.21/Reuters

General Silva e Luna deixa Petrobras dizendo-se traído por Bolsonaro

Militar teria sido informado por Bento Albuquerque horas antes do anúncio da demissão

Cátia Seabra e
Nicola Pampalona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO No dia 7 de abril de 2022, o presidente Jair Bolsonaro (PL) viajou a Foz do Iguaçu para prestigiar a solenidade de despedida do general Joaquim Silva e Luna do comando da Itaipu. Convocado pelo presidente no dia 10 de fevereiro para a "missão" de presidir a Petrobras, o general foi aplaudido de pé após discurso em que descreveu sua própria gestão como um exemplo de austeridade fiscal.

Menos de um ano depois, Silva e Luna é demitido da presidência da Petrobras sem sequer ter sido informado do avanço de negociações que antecederam o anúncio de seu sucessor, Adriano Pires. O general, dizem aliados, deixa o cargo mal falando com Bolsonaro, por quem se sente desrespeitado.

O militar se queixa de traição. Segundo interlocutores, o general — que meses antes mantinha contato direto com o presidente — foi informado apenas no dia da demissão que o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, havia se reunido diversas ve-

zes com seu sucessor, inclusive no último domingo, para discutir sua exoneração.

Em uma reunião descrita como fria, Bento Albuquerque informou Silva e Luna sobre sua demissão, relatando a série de encontros que mantivera com o novo presidente da Petrobras. A audiência em que Silva e Luna foi informado de sua exoneração aconteceu apenas três horas antes de a decisão de Bolsonaro ser publicamente anunciada.

A relação entre Bolsonaro e o general vinha se desgastando desde janeiro, com o aumento sucessivo do preço dos combustíveis. A Folha apurou que Silva e Luna ficou particularmente magoado em fevereiro, quando Bolsonaro cobrou que o general fizesse jus ao salário, apresentando solução para o preço das gasolinas.

O diretor ganha R\$ 110 mil por mês. O presidente mais de R\$ 200 mil por mês e, no final do ano, ainda tem alguns salários de bonificação. Os caras têm que trabalhar! Tem que apresentar a solução e mostrar o que está acontecendo. 'Ah, a gasolina está alta.' Cai no meu colo. Eu não tenho como interferir na Petrobras, mas caí no

meu colo", disse Bolsonaro. O afastamento definitivo se concretizou em março. No dia 8, o general foi chamado a Brasília para discutir a alta de combustível. O então presidente da Petrobras se reuniu com Bento Albuquerque antes da reunião do alto escalão do governo, na Casa Civil, para debater o preço da gasolina.

Na audiência, com a presença dos ministros Paulo Gue-

“

O diretor [da Petrobras] ganha R\$ 110 mil por mês. O presidente mais de R\$ 200 mil por mês e, no final do ano, ainda tem alguns salários de bonificação. Os caras têm que trabalhar!

Jair Bolsonaro
presidente da República,
em fevereiro

des (Economia) e Ciro Nogueira (Casa Civil), o general alertou para o risco de desabastecimento caso os preços não fossem reajustados.

Houve um pedido para que Silva e Luna contivesse o reajuste por dois dias, até aprovação de um projeto de lei destinado ao enfrentamento da crise. Na quinta-feira, 10 de março, o projeto não tinha sido aprovado e a Petrobras anun-

ciou um reajuste que passaria a vigorar na sexta.

No mesmo dia, Bolsonaro reclamou de o problema cair em seu colo. Pressionada pelo avanço das cotações do petróleo com a guerra entre Rússia e Ucrânia, a Petrobras anunciou reajustes nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

No caso da gasolina, o reajuste para as distribuidoras foi de 18,8%. Em declarações, Bolsonaro também acusava a Petrobras de insensibilidade. Em conversas, o general se mostrava irritado, afirmava que não brigaria para se manter no cargo. Mas também não pediria demissão.

Sua saída é mais uma demonstração de fortalecimento de Bento Albuquerque na Esplanada. Em fevereiro do ano passado, ao ser convidado para Petrobras, Silva e Luna condicionou sua saída à possibilidade de escolher seu sucessor em Itaipu.

Em janeiro, Bolsonaro nomeou um indicado de Bento Albuquerque para o comando da binacional. Com a saída do general, o ministro das Minas e Energia indicou militares da Marinha para o conselho da estatal.

✚
Não vai mudar nada na estatal, afirma Mourão

O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) afirmou nesta quarta (30) que "não vai mudar nada" na Petrobras com a demissão do presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, e sua substituição pelo economista Adriano Pires. "Esse novo presidente da Petrobras que vai ser nomeado, o Adriano Pires, se você ler tudo o que ele escreve vai continuar tudo como antes no quartel de Abrantes. Não vai mudar nada", disse Mourão.

SP dá crédito tributário a fabricante de carro elétrico

Eduardo Sodré

SÃO PAULO O governo de São Paulo anunciou nesta quarta (30) um programa de incentivo para a produção de veículos híbridos, elétricos ou movidos a biocombustíveis no estado chamado Pró Veículo Verde. A medida prevê créditos de até R\$ 500 milhões para fabricantes que priorizem a produção local de modelos menos poluentes.

O benefício é concedido por meio de bonificações geradas sobre o ICMS (Impos-

to sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) pago pelas fabricantes.

Trata-se de uma adaptação do Pró Veículo, que foi anunciado no fim de setembro. A diferença está nos valores de partida para ter acesso ao crédito.

Segundo o governo estadual, o Pró Veículo Verde vai atender empresas que apresentarem investimento a partir de R\$ 15 milhões, enquanto o programa anunciado no ano estipulava um mínimo de R\$ 30 milhões.

Mas há uma distância entre direito a créditos tributários e, de fato, recebê-los. A Anfavea (associação das montadoras) diz que os valores a receber retidos no estado de São Paulo já somam R\$ 5 bilhões — e isso se refere apenas às fabricantes de automóveis.

Em ano eleitoral, o governo João Dória tenta se reaproximar da indústria e do terceiro setor após ser criticado pelo aumento do ICMS promovido em 2021.

A mudança foi anunciada em janeiro do ano pas-

sado, quando carros zero quilômetro, que pagavam 12% de ICMS, passaram a pagar 13,3%. Houve um novo aumento em abril, quando a alíquota foi reajustada para 14,5%.

O governo revisou parcialmente os valores em fevereiro, reduzindo a tributação sobre veículos usados e também sobre modelos novos eletrificados.

A Toyota já produz carros híbridos em São Paulo. Os modelos Corolla e Corolla Cross são feitos, respectivamente,

em Indaiatuba e em Sorocaba, no interior do estado.

Em janeiro, a montadora chinesa Great Wall Motors anunciou que vai montar carros híbridos e elétricos na cidade de Iracemópolis (interior de São Paulo), na unidade que pertenceu à Mercedes-Benz.

Empresa estima um investimento de R\$ 10 bilhões no longo prazo, dividido em ciclos.

A primeira etapa começou em 2021 e vai até 2025, com um valor entre R\$ 4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões.

Entidades criticam volta de subsídios para gasodutos

BRASÍLIA Um grupo de 23 entidades ligadas ao setor de energia e meio ambiente divulgou uma carta em protesto pela tentativa do Congresso de reapresentar o Brasduto, o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escotamento da Produção.

Sua principal função é organizar a concessão de subsídios para a construção de uma malha de gasodutos dedicada a abastecer térmicas.

Na carta, as entidades afirmam que "emendas motivadas por interesses específicos e particulares determinam a criação do Brasduto por meio do projeto de lei de modernização do setor elétrico, o PL 111/2021".

Segundo as entidades, o relatório sobre o projeto, a ser apresentado nos próximos dias pelo deputado Fernando Coelho Filho (União-PE), vai incluir o Brasduto, prejudicando gravemente os princípios da proposta original.

Não seria a primeira vez que a proposta de criação do fundo pró-gasodutos acabaria inserida num projeto em tramitação. Também foi adicionada ao projeto que tratou do risco hidrológico na produção de energia, aprovado em 2020, mas terminou vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) após também sofrer muita oposição do setor de energia.

A regra aprovada, e depois derrubada, previa que 20% dos recursos conseguidos no pré-sal, destinados atualmente para educação e saúde, iriam para o fundo de implementação dos gasodutos. O FPE (Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios) receberiam outros 30%.

A previsão é que R\$ 100 bilhões poderiam ser retirados da área social para bancar a nova infraestrutura de dutos.

Os defensores do Brasduto argumentam que a malha de dutos do Brasil precisa ser ampliada, como alternativa para gerar empregos e ampliar o desenvolvimento em regiões mais afastadas.

Os opositores, por sua vez, alegam que não faz sentido econômico criar uma malha de gasodutos com dinheiro público para abastecer térmicas longes dos centros consumidores, pois os gastos seriam superiores ao retorno, beneficiando apenas os grupos privados que têm negócios de gás em áreas pouco atraentes.

Na avaliação das entidades, a aprovação da nova lei é urgente. No entanto, a inserção do Brasduto via jabuti, como é chamada uma emenda sem relação com o projeto original, vai na contramão do que se deseja, reforça a carta.

"O financiamento de gasodutos não guarda qualquer relação com o objeto do PL", afirma o texto. "Solicitações, portanto, a preservação das diretrizes de modernização do setor elétrico indicadas no texto original do relator, sem a inclusão de emenda parlamentar que preveja qualquer subsídio ao denominado Brasduto". Alexa Salomão

Superbac Biotechnology Solutions S.A.
CNPJME nº 00.657.661/0001-04 - NIRE 35.300.340/004
Convenção os acionistas da Superbac Biotechnology Solutions S.A. ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 18 de abril de 2022, às 08:30 horas na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) a proposta de administração de contratação de empréstimo entre a subsidiária integral da Companhia, a Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., inscrita no CNPJME sob nº 02.599.378/0001-89 ("Superbac Fertilizantes") e o Banco Itaú Unibanco S.A., inscrita no CNPJME sob nº 00.701.190/0001-04 ("Itaú Unibanco"), no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (II) autorização às Direções da Companhia e da Superbac Fertilizantes, a praticarem todos os atos necessários à implementação da deliberação indicada no item supra. Os documentos de suporte referentes aos itens da ordem do dia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como a Companhia está à disposição dos acionistas para eventuais esclarecimentos. Cotia/SP, 30 de março de 2022. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2022 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de controle de veículos para atuar nas ações de controle do Aedes Aegypti para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Amparo/SP, conforme Edital, Anexo e Minuta de Contrato. DATA DE ENCERRAMENTO: 15/04/2022 às 09h00. Edital disponível a partir de 31/03/2022 sem ônus através do site www.amparo.sp.gov.br mediante pagamento de taxa no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Amparo das 08:30 às 16:00 horas. INFORMAÇÕES: - Tel.: (19) 3817-9500 - RAMAIS 9244 e 9244 ou e-mail: licitacoes@amparo.sp.gov.br. Publique-se: Amparo 30 de março de 2022. Julio Cesar Carneiro - Diretor do Departamento de Suprimentos

Superbac Biotechnology Solutions S.A.
CNPJME nº 00.657.661/0001-04 - NIRE 35.300.340/004
Convenção os acionistas da Superbac Biotechnology Solutions S.A. ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 18 de abril de 2022, às 09:30 horas na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) a proposta de administração de contratação de empréstimo entre a subsidiária integral da Companhia, a Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., inscrita no CNPJME sob nº 02.599.378/0001-89 ("Superbac Fertilizantes") e o Banco do Brasil S.A., no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); e (II) autorização às Direções da Companhia e da Superbac Fertilizantes, a praticarem todos os atos necessários à implementação da deliberação indicada no item supra. Os documentos de suporte referentes aos itens da ordem do dia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como a Companhia está à disposição dos acionistas para eventuais esclarecimentos. Cotia/SP, 30 de março de 2022. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho - Presidente do Conselho de Administração.

Estados gastam menos com segurança e sofrem pressão

Despesa com setor segue rota inversa à de saúde e educação

Por Marta Watanabe e Cibelle Bouças — De São Paulo e Belo Horizonte

31/03/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas



Ursula Dias Peres: restrição de reajuste “afetou intensamente áreas mais dependentes de capital humano, como a segurança” — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

Ao contrário da saúde e da educação, as despesas agregadas dos Estados em segurança pública em 2021 ficaram abaixo do período pré-pandemia. Os gastos na função de segurança, considerando os 26 Estados e Distrito Federal, ficaram no ano passado 3,4% reais abaixo dos de 2019, apesar do quadro favorável às receitas nos últimos dois anos. Além de alimentar manifestações que ainda ocorrem em alguns Estados por reajustes, o quadro aponta, segundo especialistas, para a necessidade de novo modelo de organização e financiamento da segurança pública.

Em Minas Gerais foi aprovado ontem pela Assembleia Legislativa reajuste de 24% para a área de segurança (ver [Em MG, Assembleia triplica gasto com reajuste, e policiais temem veto de Zema](#)).

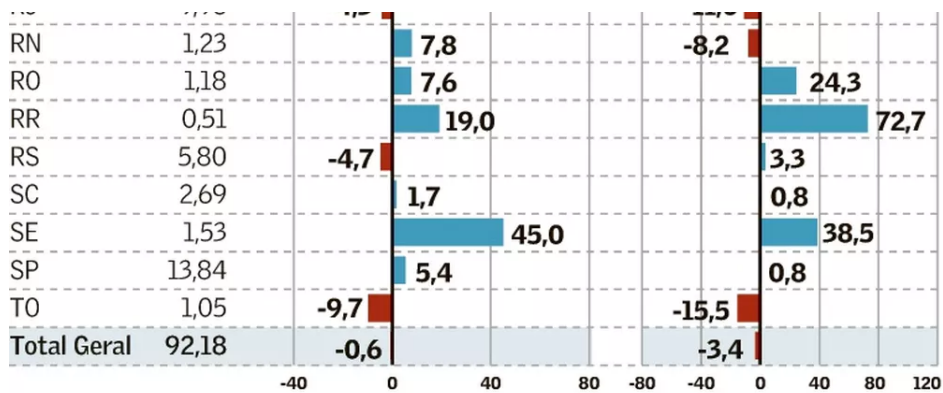
Também ontem o governo do Estado de São Paulo sancionou lei que aprovou reajustes a servidores, com aumento de 20% para a segurança. No Rio Grande do Sul, policiais civis organizam para hoje nova manifestação para recomposição de salário dos últimos três anos. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em razão das eleições, aumentos acima da inflação a servidores públicos podem ser concedidos neste ano até 5 de abril.

A perda dos gastos com segurança pública em 2021 contrasta com as áreas de saúde e educação. A crise sanitária elevou naturalmente os gastos de saúde, que no total dos 27 entes fechou 2021 com alta real de 15,9% em relação a 2019. Os gastos na área superaram o avanço de 10,8% da Receita Corrente Líquida (RCL) em igual período. A despesa na educação cresceu a taxa menor que a das receitas, mas terminou 2021 com alta de 7,1% contra o pré-pandemia.

Despesas com segurança pública

Valores empenhados* - em bilhões R\$

	2021	Var21/20	Var21/19
AC	0,57	5,3	-25,9
AL	1,41	-5,2	9,4
AM	2,36	2,2	0,6
AP	0,75	-9,5	10,9
BA	4,37	-8,2	-16,3
CE	3,34	-0,5	5,3
DF	0,99	-7,6	-4,4
ES	1,64	5,7	3,0
GO	3,32	-5,6	-22,5
MA	1,98	-7,9	-11,1
MG	16,40	-2,7	-3,0
MS	1,56	14,2	11,0
MT	3,13	10,4	13,0
PA	3,27	0,2	-0,3
PB	1,47	-6,1	-5,2
PE	2,88	-9,0	-13,3
PI	0,84	-2,6	-15,4
PR	4,10	1,0	-7,8
RJ	9,96	-4,3	-11,0



Fonte: Tesouro/Siconfi, com elaboração da Rede de Pesquisa Solidária *Despesas empenhadas na função segurança pública, excluindo transferências. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA anual

Os dados foram levantados pela Rede de Pesquisa Solidária e consideram despesas empenhadas na função segurança pública informadas em relatórios de execução orçamentária. Os valores de 2019 e 2020 foram atualizados para 2021 pelo IPCA. As despesas consideram gastos totais incluindo custeio, folha de pessoal e investimentos. Os Estados representam historicamente cerca de 80% das despesas públicas na segurança, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

A queda real na aplicação de despesas em 2021 em relação a 2019 na segurança aconteceu em 14 dos 27 entes federados, segundo dados da Rede. Para Ursula Dias Peres, pesquisadora no Centro de Estudos da Metrópole (CEM/USP) e da Rede Solidária, o recuo das despesas com segurança no agregado dos Estados não é tão grande, mas é relevante. A queda, diz ela, resultou em boa parte da restrição para reajuste salarial desde 2020 e, diante do aumento de arrecadação dos Estados em 2021, o quadro favoreceu a pressão dos servidores por reajustes neste início de 2022.

A elevação da arrecadação do ICMS no ano passado não estava prevista e levou a ajuste de gastos no decorrer do ano, explica. Ao mesmo tempo vigorou até o fim de 2021 a Lei Complementar 173/2020, que restringiu reajustes salariais. "Isso, nas corporações de policiais civis, policiais militares e corpo de bombeiros." De modo geral não foi necessário, diz, cortar programas na área, já que a falta de reajustes levou à redução de gastos. Ela pondera que há heterogeneidade. Não há padrão de modelos de governança entre os Estados, exemplifica, o que resulta em diferentes pesos da folha de salários nos gastos.

A boa situação financeira dos Estados não passou despercebida. Cláudio Wohlfahrt, diretor financeiro do sindicato dos escrivães, inspetores e

investigadores de polícia gaúcha, conta que o PIB local avançou 10,4% em 2021, mais que o dobro da taxa nacional, de 4,6%, e que a arrecadação do Estado em 2021 superou a previsão orçamentária. “O caixa do governo está cheio.” A reivindicação dos servidores da segurança, que devem fazer nova manifestação hoje, é de reposição de reajustes que deixaram de ser feitos desde 2019, diz.

Em nota, a Secretaria da Fazenda gaúcha diz que nos últimos anos não tinha margem para garantir reajuste, tendo atrasado salários por 57 meses. Somente em 2020, diz, com reformas e medidas de ajuste, foi possível colocar em dia os salários. A situação fiscal tem avançado, prossegue, mas a única questão salarial que pode ser discutida atualmente é uma revisão geral. O governo divulgou que irá enviar à Assembleia proposta para correção geral de 6% aos servidores, com impacto anual de R\$ 1,5 bilhão bruto nas despesas.

Apesar do desempenho positivo das receitas estaduais em 2021, diz Ursula, não se sabe como o ICMS se comportará este ano. No ano passado a receita com o imposto avançou parte por retomada da economia e também impulsionada por inflação e preços de combustíveis. Neste ano, lembra, já há mudanças no ICMS de combustíveis. Enquanto os fatores que garantiram receita maior em 2021 podem ter sido conjunturais, diz, reajustes salariais dados em ano eleitoral terão caráter permanente nas despesas.

Ursula explica que, diferentemente das áreas de saúde e educação, a segurança não tem uma destinação constitucional mínima que obriga os Estados a gastarem conforme o nível de aumento de receitas. Além disso, há diferenças importantes. A saúde, exemplifica, além de ter sido mais impactada pela natureza da crise sanitária, também em alguns Estados é operada em boa parte por meio de organizações sociais, o que torna os gastos na área menos sujeitos às restrições para reajustes salariais.

Para a socióloga Samira Bueno, diretora-executiva do FBSP, um dos grandes desafios para as associações de servidores de segurança neste ano é reivindicar os reajustes num momento em que indicadores mostram redução nos índices de criminalidade. De acordo com o Monitor da Violência, parceria do FBSP com o G1, houve 41,1 mil assassinatos em 2021 no país, com queda de 7% contra o ano anterior e o menor número desde 2007.

Samira explica que as despesas na segurança, por refletirem preponderantemente custeio e folha de salários, não possuem correlação

com indicadores que costumam ser usados para medir o nível de violência, como o número de homicídios. Ao mesmo não há dados padronizados sobre os programas de enfrentamento à violência e seus resultados. A expectativa era de que a maior unificação de programas e dados acontecesse a partir da criação do Sistema Único de Segurança Pública, em 2018, mas a iniciativa não avançou, aponta.

O contexto com menor número de mortes violentas, porém, não elimina a “sensação de insegurança” que tem sido reportada por populações de grandes cidades, diz Rafael Alcadipani, professor da FGV e membro do FBSP. Isso, diz, é um fenômeno não só brasileiro e pode se relacionar com vários fatores, como percepção de degradação urbana, com prédios abandonados, colocados para alugar por muito tempo, iluminação precária e abordagem da violência por mídias sensacionalistas. E as pessoas, diz, tendem a conhecer sempre alguém que foi alvo de crimes como golpes via WhatsApp ou pix.

Segundo pesquisa Datafolha, 64% dos brasileiros dizem temer sair às ruas de suas cidades à noite - 37% afirmam se sentir muito inseguros após escurecer e 27% dizem ter um pouco de insegurança.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, Adidas mais vendido do ano, agora em oferta imperdível

FACILLY

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: Lacoste de R\$349 por R\$164

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, o Nike mais vendido do ano em oferta imperdível

FACILLY

LINK PATROCINADO

Pen Drive de 2tb chega em Salvador por menos de R\$150

PEN DRIVE

Sem o PP na Bahia, PT aproxima-se do MDB

Partido do ex-ministro Geddel Vieira Lima vai apoiar petista Jerônimo Rodrigues

Por Cristiane Agostine — De São Paulo

31/03/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desembarca hoje na Bahia para tentar turbinar o lançamento da pré-candidatura do petista Jerônimo Rodrigues ao governo baiano. Secretário estadual petista, Rodrigues é pouco conhecido no país e está em baixa nas pesquisas locais de intenção de voto. Lula deve anunciar a aliança do PT com o MDB no Estado e tentará aparar arestas com o PP, aliado do PT por 14 anos na Bahia, mas que rompeu depois de ter sido preterido nas articulações políticas.

A passagem de Lula pela capital baiana deve ser rápida, de um dia, mas simbólica. O ex-presidente ficou incomodado com a negociação do PT no Estado e tenta construir um palanque competitivo para sua candidatura, no quarto maior colégio eleitoral do país, governado pelo PT há quatro gestões consecutivas. Levantamentos locais indicam que o ex-prefeito ACM Neto (União Brasil) pode ser eleito no primeiro turno.

O PT planejava lançar no Estado o senador e ex-governador Jaques Wagner, mas o petista desistiu, em um processo marcado por atritos no partido. Tentou emplacar o senador Otto Alencar (PSD), mas também não houve acordo. Em meio às articulações políticas, perdeu o apoio do PP, do vice-governador João Leão, que se queixa de ter sido traído. Leão compôs com ACM Neto e deve ser candidato ao Senado na chapa do ex-prefeito.

Para tentar minimizar o desgaste do rompimento com o PP, Lula e o PT baiano se aproximaram do MDB do ex-ministro Geddel Vieira Lima. O partido fazia parte do arco de alianças de ACM Neto e agora vai apoiar Jerônimo Rodrigues. A aliança com o MDB representa a reaproximação entre os partidos após 13 anos em campos opostos.

Geddel, que está em liberdade condicional desde fevereiro na condenação por lavagem de dinheiro, tem sido cortejado por Rui Costa e por ACM Neto. O presidente da Câmara Municipal de Salvador, Geraldo Júnior (MDB), será indicado candidato a vice-governador na chapa petista. Geraldo Júnior é vereador há 11 anos em Salvador e foi aliado do de ACM Neto durante os oito anos de sua gestão na prefeitura, entre 2013 e 2020, mantendo a parceria com o prefeito Bruno Reis (União Brasil). É presidente da Câmara desde 2019.

A chapa petista, que tem o senador Otto Alencar (PSD) como candidato ao Senado, será apresentada lançada hoje por Lula. A candidatura deve ter apoio do PV e do Solidariedade, que estiveram com a oposição nas últimas duas eleições. Entre os governistas, a avaliação é que as novas alianças devem dar maior equilíbrio na balança da disputa eleitoral na Bahia contra as candidaturas de ACM Neto, encarado como favorito na disputa, e do ministro da Cidadania, João Roma (PL), que entra na disputa com o aval do presidente Jair Bolsonaro (PL). **(Com Folhapress)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: Lacoste de R\$349 por R\$164

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, Adidas mais vendido do ano, agora em oferta imperdível

Crédito de PIS/Cofins sobre demanda contratada

O valor da energia elétrica consumida, sobre o qual devem ser apurados os créditos de PIS e de Cofins, é aquele cobrado pela distribuidora

Por Gilson J. Rasador

31/03/2022 05h05 · Atualizado há 5 horas

Por meio da Solução de Consulta nº 204, de 15 de dezembro de 2021, a Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita Federal manifestou entendimento restritivo quanto ao direito a créditos de PIS e de Cofins para os contribuintes que, com base nas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e exigência das distribuidoras, são obrigados a contratar demanda mínima de potência para suprir seus estabelecimentos com o fornecimento de energia elétrica.

De acordo com a interpretação da Cosit, “por falta de previsão legal, é vedada a apropriação de créditos da Contribuição do PIS e da Cofins vinculados à demanda de energia elétrica contratada pela pessoa jurídica.”

O valor da energia elétrica consumida, sobre o qual devem ser apurados os créditos, é aquele cobrado pela distribuidora

Contudo, parece-nos equivocado o entendimento da autoridade fiscal, pois o direito ao crédito de PIS e de Cofins sobre a demanda contratada de energia elétrica encontra amparo nas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, como também na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e em parecer normativo e soluções de consultas da própria Cosit.

Com efeito, as leis que instituíram o PIS e a Cofins não cumulativos são claras ao autorizar o desconto de créditos sobre bens e serviços

utilizados como insumos na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens destinados à venda, bem como sobre a energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica.

Também são claras as disposições legais ao definir que os créditos serão apurados mediante aplicação das alíquotas de cada contribuição sobre o valor dos insumos e da energia elétrica consumida.

Portanto, o valor pago pela empresa para ter assegurado o direito ao fornecimento da energia elétrica necessária ao desenvolvimento das suas atividades é que deve ser tomado para cálculo dos créditos de PIS e de Cofins.

Uma análise, ainda que minimamente acurada, mostra que o valor despendido pelas empresas para ter garantido o fornecimento da energia elétrica de que necessitam é representado pela demanda de potência contratada com a distribuidora, a qual é decomposta em “demanda medida” e “demanda contratada” ou “reserva de potência”.

Grosso modo, a demanda de energia é a quantidade de potência em KWh que uma empresa precisa para fazer funcionar seu estabelecimento, como todos os equipamentos, as máquinas, o aquecimento, a refrigeração etc.

E, para ter assegurado o fornecimento da energia necessária para suas operações, a empresa celebra contrato com a concessionária fornecedora, no qual é definida a quantidade de KWh total que a concessionária se compromete a fornecer. Tem-se, desse modo, a “demanda de potência contratada”, pela qual a adquirente se obriga a pagar.

Por conseguinte, o custo mensal da energia elétrica é aquele estabelecido no contrato, isto é, o total da demanda de potência contratada. Vale dizer, a empresa paga para ter a disponibilização de uma quantidade predeterminada de KWh de energia, independente da potência efetivamente utilizada, de modo a ficar garantida em termos de energia.

De sorte que o valor da energia elétrica consumida, sobre o qual devem ser apurados os créditos de PIS e de Cofins, é aquele cobrado pela distribuidora, de acordo com o contrato de demanda, e que

consta, via de regra, demonstrado em separado nas respectivas contas de fornecimento, quais sejam (i) demanda medida; e (ii) demanda (de potência) contratada.

Ou seja, a base para cálculo do crédito de PIS e de Cofins é o custo da energia elétrica consumida, apurado e cobrado de conformidade com o contrato de demanda, independente da quantidade de KWh efetivamente consumida.

Ademais, ainda que certa estivesse a Cosit ao definir que a demanda de potência contratada não integra o custo da energia elétrica consumida, a vedação à apropriação de créditos vinculados à tal parcela da conta de energia atenta contra jurisprudência pacificada em nossos tribunais.

De fato, a 1ª Seção do STJ, ao julgar o Recurso Especial nº 1.221.170, sob o rito de recursos repetitivos, firmou a tese de que “o conceito de insumo para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da contribuição para o PIS e da Cofins deve ser aferido à luz dos critérios da essencialidade ou da relevância do bem ou serviço para a produção de bens destinados à venda ou para prestação de serviços pela pessoa jurídica.”

Assim, mesmo que não integrasse o valor do consumo efetivo de energia, a demanda de potência contratada, expressa em quilowatts, a ser continuamente disponibilizada pela concessionária e integralmente paga pela empresa, representa insumo indispensável à sua atividade, eis que, nos termos da Resolução Normativa nº 414, de 2010, da Aneel, sem essa contratação não será fornecida energia e, conseqüentemente, os estabelecimentos industriais, comerciais ou de prestação de serviços estarão impossibilitados de desenvolver suas atividades.

Em resumo, as pessoas jurídicas obrigadas a apurar e pagar a contribuição do PIS e a Cofins pelo regime não cumulativo têm direito de descontar créditos sobre a demanda contratada de energia elétrica, seja por integrar o custo da energia consumida, seja porque representa insumo indispensável para o desenvolvimento de suas atividades.

Pelas razões sucintamente expostas, é recomendável que cada empresa avalie o risco de sofrer autuação e a conveniência de ingressar com mandado de segurança para garantia do direito ao aproveitamento de créditos de PIS e de Cofins sobre o valor correspondente à demanda contratada de energia elétrica.

Gilson J. Rasador é advogado tributarista da Pactum Consultoria Empresarial

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, mocassim indicado para homens que valorizam o conforto.

SUPEROFERTAS

LINK PATROCINADO

A sandália de luxo que conquistou as mulheres, agora com 70% OFF

TURBO OFERTASS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, indicado para todos que valorizam o conforto.

SUPEROFERTAS

LINK PATROCINADO

Astro de The Boys, é preso na Espanha

GEEK HERE

Leia mais

LINK PATROCINADO

Pequena entrada!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

Mudanças ambientais afetaram povos pré-colombianos no Brasil há 2 mil anos

UM SÓ PLANETA

Novo Honda HR-V híbrido faz 17,2 km/l e deve vir ao Brasil de olho no Toyota Corolla Cross; veja as fotos

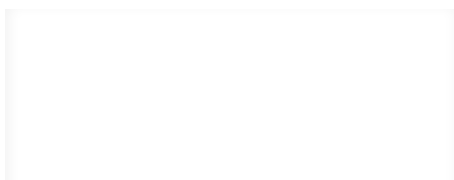
UM SÓ PLANETA

Mercedes-Benz lança EQB, SUV elétrico de sete lugares

UM SÓ PLANETA

Ver comentários

Mais do Valor Econômico



China vai manter lockdown em áreas do leste de Xangai por mais tempo

Confinamento será mantido em complexos

Em ano eleitoral, governo estuda reajuste de 5%

Medida beneficiaria todo o funcionalismo federal; custo em um semestre seria de R\$ 5 bilhões

Por Lu Aiko Otta, Edna Simão e Andrea Jubé — De Brasília

31/03/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

Disposto a afagar o funcionalismo em um ano eleitoral, o governo avalia a possibilidade de conceder reajuste de 5% para todas as categorias a partir de julho. A área fiscal do Executivo resiste e, segundo o **Valor** apurou, a medida não aplacaria a insatisfação das categorias policiais que integram a base de apoio do presidente Jair Bolsonaro.

Além disso, ela pode gerar um atrito entre o governo e o Congresso. O problema da falta de recursos e espaço sob o teto de gastos para o reajuste de 5% pode ser resolvido com o remanejamento de verbas originalmente destinadas a emendas de relator ao Orçamento, informou uma fonte. Essa saída está em discussão e demanda alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Há um projeto que altera a LDO em tramitação, mas não trata desse tema. Seria preciso modificá-lo.

O reajuste salarial linear de 5% para todo o funcionalismo foi prometido pelo presidente Jair Bolsonaro no fim do ano passado, mas sempre esbarrou na falta de espaço sob o teto de gastos. O problema permanece, mas essa seria uma saída para o impasse provocado pelo próprio Bolsonaro no começo do ano, quando anunciou que concederia aumento apenas aos servidores da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional.

O **Valor** apurou, entretanto, que os servidores dessas três carreiras da segurança pública continuam insatisfeitos, porque o reajuste vai chegar como “recomposição” por perdas salariais. Essas categorias tiveram

perda de rendimentos e ganharam mais tempo de serviço na reforma da Previdência.

Esse é um dos vários cenários em estudo, disse uma fonte da área técnica, e não há decisão tomada. As hipóteses estão sendo discutidas entre ministros e a palavra final será de Bolsonaro. Até o momento, os técnicos não têm sinal sobre qual caminho ele estaria inclinado a seguir.

O problema é que a medida custaria pelo menos R\$ 5 bilhões em 2022, e a margem disponível para reajustes é de R\$ 1,7 bilhão. O custo anualizado da medida seria de R\$ 10 bilhões a R\$ 11 bilhões.

Outra hipótese em avaliação é conceder reajuste apenas para policiais, outra promessa do presidente, dentro da margem existente no Orçamento. Trata-se, porém, de uma saída pouco recomendada pelos técnicos, porque reajustes localizados podem acirrar as insatisfações das demais categorias. Nos bastidores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma dizer que isso seria “puxar o pino da granada”.

Há ainda a opção de utilizar a margem para reajustar o tíquete refeição de todo o funcionalismo. Seria um aumento da ordem de R\$ 400 por pessoa. Teria impacto significativo no grupo de servidores que ganham menos de R\$ 10 mil, que são os mais numerosos.

“No orçamento existe uma previsão de R\$ 1,7 bi para reajuste salarial de servidores públicos, valor máximo de que dispomos”, escreveu em sua conta no Twitter o chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. “Aumentar o ticket alimentação para todos num valor que caiba dentro dos R\$ 1,7 bi ajudando proporcionalmente mais quem ganha menos me parece a melhor solução.”

Os técnicos correm para chegar a uma conclusão até sexta-feira, porque no dia 2 de abril acaba o prazo legal para a concessão de

reajustes acima da inflação. Para aumentos abaixo da inflação, o prazo seria 30 de junho, por causa da lei eleitoral.

A hipótese de reajuste de 5% encontra clara resistência na área fiscal do governo. Fontes repetiram que esse aumento não cabe no teto de gastos. E a estimativa de R\$ 5 bilhões para a medida pode estar subestimada, alertaram técnicos.

Para elaborar o Orçamento, calculou-se que cada ponto percentual de reajuste custaria R\$ 3,1 bilhões. Portanto, a medida teria impacto de R\$ 15,5 bilhões no ano, ou R\$ 7,75 bilhões em meio ano. O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, tem cálculo semelhante: R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões para cada ponto percentual de reajuste.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

LINK PATROCINADO

Pequena entrada!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Promoção Ano Novo com a Carga Toda! Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, Adidas mais vendido do ano, agora em oferta imperdível

FACILLY

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: Lacoste de R\$349 por R\$164

ACHEI OFERTA

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Filha de Angelina Jolie usa look do Oscar da mãe em red carpet

UM SÓ PLANETA

Governo tem déficit de R\$ 20,6 bi em fevereiro

Receita líquida total registrou alta real de 10,7% em 12 meses

Por Larissa Garcia e Estevão Taiar — De Brasília

31/03/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas

O governo central registrou déficit primário de R\$ 20,619 bilhões em fevereiro, segundo o Tesouro. Com isso, o déficit acumulado em 12 meses ficou em R\$ 6,7 bilhões, o equivalente a 0,01% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os dados levam em conta Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central (BC). Em fevereiro de 2021, as contas ficaram negativas em R\$ 21,34 bilhões.

O resultado de fevereiro foi formado por déficit de R\$ 1,4 bilhão do Tesouro, déficit de R\$ 19,3 bilhões da Previdência e resultado positivo de R\$ 127 milhões do BC. No ano, o Tesouro teve superávit de R\$ 91,2 bilhões, a Previdência teve déficit de R\$ 35,3 bilhões e o BC teve superávit de R\$ 63 milhões. A meta fiscal para este ano prevê déficit de até R\$ 170,5 bilhões, mas o governo projeta resultado negativo menor, de R\$ 66,9 bilhões.

A receita líquida total do governo central registrou alta real de 10,7% em fevereiro, ante um ano antes, somando R\$ 116,7 bilhões. Enquanto isso, as despesas totais subiram 6,5% na mesma comparação, para R\$ 137,3 bilhões no mês passado. Já as despesas do governo sujeitas ao teto consumiram 14,8% do limite gastos nos dois primeiros meses, alcançando R\$ 248,5 bilhões. O teto total é R\$ 1,679 trilhão.

O secretário do Tesouro, Paulo Valle, afirmou que as despesas primárias do governo devem ficar em 18,2% do PIB em 2022, menor patamar desde 2014. Segundo ele, fevereiro tem sazonalidade negativa e normalmente apresenta déficit primário. No primeiro bimestre do ano, o governo central teve superávit de R\$ 56,7 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Pequena entrada!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

LINK PATROCINADO

Promoção Ano Novo com a Carga Toda! Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, Adidas mais vendido do ano, agora em oferta imperdível

FACILLY

LINK PATROCINADO

Esse chinelo Nike te dá a sensação de estar andando nas nuvens

ACHEI OFERTA

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Filha de Angelina Jolie usa look do Oscar da mãe em red carpet

UM SÓ PLANETA

Mercedes revela conceito elétrico com 1.000 km de autonomia feito em parceria com a F1

UM SÓ PLANETA

Ver comentários

Governo deve ampliar para 33% corte nas alíquotas de IPI

Governo prevê que medida trará redução de custos da cadeia produtiva

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

31/03/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo deve publicar hoje um decreto que ampliará de 25% para 33% o corte nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), disse uma fonte.

O novo decreto também atenderá a acordo político feito com a bancada do Amazonas, para retirar da medida os produtos da Zona Franca de Manaus (ZFM). Porém, apenas parte dos produtos será excepcionalizada. Ainda não sabem quais, mas a fonte disse que são “alguns itens que são o grosso da produção” e aqueles produzidos quase exclusivamente na ZFM.

O governo espera, com essa medida, um impacto de redução de custos na cadeia produtiva. Não são aguardados impactos relevantes nos preços ao consumidor. O corte no IPI faz parte de uma nova estratégia de política econômica: cortar a carga tributária quando houver excesso de arrecadação. E não fazer como governos anteriores, que utilizaram crescimento das receitas para elevar gastos.

A isenção do Imposto de Renda para estrangeiros que aplicarem no mercado de capitais é outra medida nessa direção. O governo espera anunciá-la nos próximos dias, junto com o pacote de crédito para micro, pequenas e médias empresas. O pacote de crédito deverá contemplar o alongamento do prazo das operações do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe). É a forma encontrada para contornar o custo de empréstimos, indexados à taxa Selic, que subiu de 2% no período da pandemia para 11,75%.

A retomada das linhas de crédito depende ainda da aprovação de um projeto de lei, em análise na Câmara, que adia para o fim de 2023 a devolução ao Tesouro Nacional dos recursos aportados no Fundo Garantidor de Operações (FGO). Esse fundo foi peça importante para a viabilização do Pronampe, pois se propôs a cobrir perdas dos bancos com empréstimos às micro e pequenas empresas. A ideia é reforçar o FGO com recursos que retornarem das operações. A lei atual manda o fundo devolver os recursos ao Tesouro.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que a proposta pode ser votada na próxima semana. Ao fortalecer a atividade, as medidas podem melhorar as condições para o ministro da Economia, Paulo Guedes, resistir às pressões por aumento nas despesas que surgirão até as eleições.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Astro de The Boys, é preso na Espanha

GEEK HERE

Leia mais

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, Adidas mais vendido do ano, agora em oferta imperdível

FACILLY

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: Lacoste de R\$349 por R\$164

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Primeiras fotos de Invasão Secreta

GEEK HERE

Leia mais

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Em MG, Assembleia triplica gasto com reajuste, e policiais temem veto de Zema

Deputados elevam custo com aumento das forças de segurança para R\$ 15,6 bilhões, ante R\$ 4,99 bilhões da proposta original do governo

Por Cibelle Bouças e Marta Watanabe — De Belo Horizonte e São Paulo

31/03/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o projeto de lei de autoria do governador Romeu Zema (Novo), que reajusta os salários dos servidores do Estado em 10,06%. Mas houve modificações. As forças de segurança vão receber 24,06% de reajuste, a título de recomposição de perdas. Também foi aprovado pagamento de auxílio social, em três parcelas, correspondente a 40% da remuneração básica do soldado, entre outras mudanças.

O projeto segue para sanção do governador, mas a expectativa é que Zema vete o texto. As emendas propostas pelos deputados triplicam os gastos com o reajuste da segurança, para R\$ 15,6 bilhões. A proposta original do governo teria um impacto nas contas do Estado de R\$ 4,99 bilhões por ano. Sem vetos, o gasto com pessoal atingirá 67,8% da receita corrente líquida, bem acima do limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 49% para o Executivo.

Em seu perfil nas redes sociais, Zema afirmou: “Como já disse antes, o reajuste de 10% para todos os servidores de Minas é o limite que a situação do Estado permite no momento. Qualquer valor acima será vetado pois não temos como pagar. Entre ser responsável com o futuro ou voltar ao desequilíbrio do passado, sigo na primeira”.

A secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Luísa Barreto, disse questões fiscais precisam ser consideradas. “Estamos no nosso

limite legal e financeiro. O governo não tem capacidade financeira para arcar com mais do que os R\$ 5 bilhões”, afirmou.

O Sindpol/MG, que representa servidores da Polícia Civil mineira, informou que vai trabalhar para derrubar os vetos do governador, se a proposta não for sancionada na íntegra. “Negociamos o ano inteiro de 2019 com o Zema e ele mesmo propôs reajustes de 13% em 2019 e de 12% em 2020 e 2021. Depois vetou dizendo que não tinha arrecadação por causa da pandemia. Mas a arrecadação não parou de crescer”, disse Wemerson Oliveira, assessor do Sindpol/MG.

“Se o governador vetar, vamos trabalhar para derrubar o veto”, afirmou o subtenente Heder Martins, presidente da Aspra/PMBM, que representa policiais e bombeiros militares. Martins disse que o governo tem deixado de investir em segurança e um reflexo disso é o déficit de policiais na ativa. Minas deveria ter em seus quadros 51.669 policiais militares e 12 mil bombeiros militares. Mas os quadros atuais estão com 38 mil policiais militares e 5 mil bombeiros.

Martins acrescentou que parte dos investimentos em segurança no Estado é resultado de recursos aprovados por senadores e deputados federais em emendas parlamentares. A Polícia Militar recebeu em torno de R\$ 50 milhões em emendas parlamentares na pandemia. A Polícia Civil recebeu R\$ 20 milhões.

Em Minas Gerais, as despesas empenhadas na área de segurança pública tiravam queda real de 2,99% em 2021 em relação a 2019, de acordo com levantamento da Rede de Pesquisa Solidária. A secretária Luísa Barreto ponderou que os dados da pesquisa expurgam as despesas intraorçamentárias e fazem a correção inflacionária. O governo de Minas considera os valores nominais totais.

“Considerando os valores nominais, há aumento progressivo da aplicação de recursos na segurança”, disse Luísa. Ela citou como causa do aumento o reajuste salarial de 13% em 2020. Outra causa foi o aumento de 47%, entre 2019 e 2021, nas despesas financiadas com

recursos de outras fontes, para R\$ 131,6 milhões. Os recursos destinados via emendas parlamentares e vindos da Comissão de Participação Popular subiram 244%, para R\$ 52,6 milhões. Luísa citou ainda R\$ 1,03 bilhão em investimentos feitos desde 2019 com recursos da indenização paga pela Vale pelo rompimento da barragem de Brumadinho.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

LINK PATROCINADO

Pequena entrada!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Promoção Ano Novo com a Carga Toda! Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: Lacoste de R\$349 por R\$164

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, Adidas mais vendido do ano, agora em oferta imperdível

FACILLY

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Filha de Angelina Jolie usa look do Oscar da mãe em red carpet

UM SÓ PLANETA

Mudanças ambientais afetaram povos pré-colombianos no Brasil há 2 mil anos

UM SÓ PLANETA

Ver comentários

Mais do Valor **Econômico**



NA VÉSPERA DA ELEIÇÃO

GOVERNO AVALIA REAJUSTE GERAL

Proposta é aumentar salário de servidor em 5% a partir de julho. Impacto seria de R\$ 5 bi

GERALDA DOCA E
MANOEL VENTURA
esomv@oglobo.com.br

O governo do presidente Jair Bolsonaro estuda conceder reajuste salarial de 5% a todos os servidores federais a partir de julho, às vésperas da eleição presidencial, marcada para outubro. A medida teria impacto de R\$ 5 bilhões neste ano, segundo técnicos da equipe econômica. O debate reflete as idas e vindas em relação ao reajuste do funcionalismo, além da busca por melhorar a imagem do presidente junto a servidores em ano eleitoral.

A data-limite para qualquer reajuste é 30 de junho em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na avaliação do Ministério da Economia.

Mesmo que custe R\$ 5 bilhões neste ano, o reajuste tem impacto permanente, já que se trata de despesa obrigatória de caráter continuado. O impacto tende a ser maior nos próximos anos.

Outro cenário em estudo pelo governo é conceder aumento só para Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen), promessa feita por Bolsonaro e que irritou as demais categorias do Executivo.

O governo volta a discutir o reajuste pressionado por movimentos liderados pela elite do funcionalismo, como servidores do Banco Central (BC) e da Receita Federal. No BC, o vencimento inicial é de R\$ 19.197,06. A proximidade da eleição e a disputa com governadores também fazem parte desse contexto. Como mostrou o GLOBO semana passada, 26 dos 27 chefes de Executivos estaduais já concederam ou apresentaram propostas que elevam rendimento dos servidores. Somadas, as medidas custarão ao menos R\$ 28 bilhões aos governos locais.

CRONOGRAMA CONTROVERSO

As conversas no governo, porém, ainda estão sendo conduzidas entre ministros. A decisão final é do presidente. Ainda não é possível apontar qual caminho ele está se inclinando a seguir. Até agora, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem se posicionado contra reajustes salariais por entender que isso incha a máquina pública. Auxiliares do ministro têm dito que não há espaço no Orçamento para aumentos

generalizados. A exceção é a reserva de R\$ 1,7 bilhão para os policiais federais.

O governo bloqueou neste mês R\$ 1,7 bilhão do Orçamento por falta de espaço no teto de gastos (a regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação). O espaço para reajustes, porém, foi preservado. Portanto, um reajuste salarial desta magnitude apertaria ainda mais as contas públicas, sendo necessário fazer cortes em outras áreas.

A área jurídica do Ministério da Economia entende que há dois prazos distintos a respeito da concessão de reajus-



"Aquele governante que está dirigindo a máquina pública, se ele deixar para o ano da eleição esse tipo de melhoria, acaba criando, ainda que indiretamente, uma espécie de propaganda para o próprio governo"

Filipe Coutinho da Silveira, sócio do Silveira Athias Advogados

tes para servidores públicos, de acordo com técnicos da equipe econômica. O primeiro é dado pela Lei Eleitoral, que proíbe conceder revisão geral de remuneração — ou seja, aumento a todos — no ano eleitoral (a qualquer tempo) em percentual superior à inflação oficial.

O ministério entende que é possível, portanto, conceder aumento até o limite da inflação a todos.

Há um segundo prazo estabelecido pela LRF. A lei fala que não é possível aumentar ou executar qualquer ato que eleve a despesa de pessoal, co-

mo reajuste em benefícios, seis meses antes do fim do mandato do chefe do Poder — ou seja, a partir de julho.

O chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, defendeu em rede social aumento do vale-alimentação a todo o funcionalismo no lugar de um reajuste. "Aumentar o ticket-alimentação para todos num valor que caiba dentro dos R\$ 1,7 bi ajudando quem ganha menos me parece a melhor solução", escreveu.

O advogado Filipe Coutinho da Silveira, sócio do Silveira

Athias Advogados, afirmou que a eleitoral não impede o governo de dar compensação pela perda do poder aquisitivo por causa da inflação:

— A lei quer que todo mundo que participe das eleições tenha igual possibilidade de ser eleito. Aquele governante que está dirigindo a máquina pública, se ele deixar para o ano da eleição esse tipo de melhoria, acaba criando, ainda que indiretamente, uma espécie de propaganda para o próprio governo. Por isso há essa limitação no ano eleitoral. Quem descumprir pode ser processado por improbidade administrativa.

Mariana Rabelo, sócia do Carneiros e Dipp Advogados, especializada em Direito Eleitoral, vai na mesma linha:

— O que a lei veda é uma revisão geral do salário dos servidores. Se ficar dentro da inflação não há problema.

INDEFINIÇÃO DO GOVERNO

No início do ano, em consultas informais feitas por auxiliares de Bolsonaro, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avisaram que conceder reajustes para categorias específicas, como a de policiais federais, poderia desencadear ações na Corte cobrando o mesmo tratamento a todos os servidores. O alerta dos ministros do STF ao governo é o de que o Supremo pode obrigar o "alinhamento" do tratamento dado a uma categoria às demais carreiras do Executivo, após dois anos de reajustes suspensos.

Os funcionários de União, estados e municípios passaram dois anos (2020 e 2021) sem reajustes, como contrapartida ao aumento de gastos decorrentes da pandemia.

Com o fim da restrição, Bolsonaro foi o primeiro a falar de aumentos este ano. Em novembro último, prometeu reajuste caso o Congresso aprovasse a proposta de emenda à Constituição (PEC) que alterou o pagamento de precatórios (despesas do governo decorrentes de decisões judiciais). A PEC alterou o teto de gastos, abrindo espaço de mais de R\$ 100 bilhões a despesas este ano. Com a reação negativa à proposta, o presidente deixou de falar em reajuste linear, mas manteve a intenção de dar aumento aos policiais. Para o governo, integrantes da PF, da PRF e do Depen são algumas das principais bases eleitorais de Bolsonaro.



Idas e vindas. Governo volta a discutir reajuste em meio à pressão de servidores, como funcionários do Banco Central e da Receita Federal

104_Mirian Leticia (@MirianLeticia) | 01_Miriam Leticia_SEC | Rogério Werneck (@RogWern) | Fábio Santiago (@FabiSant) | 010_Carolina Cós (@CarolinaC) | Ricardo Henrique (@RicardoHenr) | 010_Miriam Leticia

Petrobras diz que política de preços pode mudar

Em comunicado à SEC, órgão regulador do mercado americano, estatal afirma haver risco de Bolsonaro impor alterações. Texto é similar ao divulgado ano passado após troca de comando. Estatal diz que controlador pode perseguir objetivos sociais, com efeito adverso

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@pib.globo.com.br
BRASÍLIA

Na mesma semana em que o governo anunciou a troca no comando da Petrobras, a estatal alertou a investidores estrangeiros que o presidente Jair Bolsonaro pode impor mudanças na política de preços da companhia. Isso, segundo a empresa, pode ocorrer por imposição de “uma nova equipe de administração ou Conselho de Administração”. A política atual da companhia considera as variações do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional e repassa essas flutuações para o valor do combustível cobrado na refinaria.

A manifestação da Petrobras está registrada em um formulário chamado 20-F, registrado ontem na SEC, órgão regulador do mercado americano, equivalente à Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. A Petrobras tem ações negociadas na Bolsa de Nova York, além dos papéis na Bolsa brasileira. O teor é similar ao de comunicado divulgado ano passado, quando foi anunciada a demissão de Roberto Castello Branco e posteriormente a indicação de Joaquim Silva e Luna para o comando da companhia. E se repete agora em novo momento de mudança na presidência da estatal.

O 20-F é um formulário detalhado do balanço da companhia em 2021, quando a empresa registrou lucro recorde de mais de R\$ 100 bilhões. O

documento foi concluído antes da troca de comando da empresa, anunciada na segunda-feira pelo governo, quando o presidente Jair Bolsonaro demitiu Joaquim Silva e Luna, que estava no cargo há pouco mais de 11 meses, e anunciou a indicação de Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

Em um capítulo chamado de riscos financeiros, a Petrobras afirma que a empresa ajustou os seus preços de petróleo e derivados de tempos em tempos, mas que isso pode mudar no futuro.

“No futuro, poderá haver períodos durante os quais os preços de nossos produtos não estarão em paridade com os preços internacionais dos produtos. Ações e legislação impostas pelo governo brasileiro, como nosso acionista controlador, podem afetar essas decisões de preços. O presidente brasileiro tem, algumas vezes, feito declarações sobre a necessidade de modificar e ajustar nossa política de preços para as condições domésticas”, diz o texto da Petrobras.

RISCO DE DESALINHAMENTO

Bolsonaro critica frequentemente a política de preços da Petrobras. O governo, por outro lado, sempre negou qualquer alteração nessa regra.

A mudança no comando da Petrobras nesta semana ocorreu diante da insatisfação de Bolsonaro com o aumento no



Alerta a investidores. Petrobras afirma à SEC que mudança pode ocorrer por determinação do controlador

preço dos combustíveis. A demissão de Silva e Luna foi anunciada menos de três semanas depois de a empresa reajustar a gasolina em 18,77% e o óleo diesel, em 24,9%.

No pano de fundo da troca está a política de preços da Petrobras, que transfere para o mercado interno as variações do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional.

“Tendo em vista as declarações do presidente brasileiro, uma nova equipe de administração ou Conselho de Administração poderá propor alterações em nossas políticas de preços, incluindo a decisão de que tais políticas não busquem alinhamento com a paridade internacional de preços”, alerta a Petrobras.

A empresa afirma, então, que não pode garantir que a

suas política não será alterada. Nesta semana, o governo também confirmou que Rodolfo Landim passará a presidir o Conselho de Administração da empresa.

“Não podemos garantir que nossa maneira de definir preços não mudará no futuro. Mudanças em nossa política de preços de combustíveis podem ter um impacto material adverso em

nossos negócios, resultados, condição financeira e valor de nossos títulos”, diz o texto da estatal dirigido aos investidores estrangeiros.

Em outro trecho, a estatal informa que o governo federal, como acionista controlador, pode perseguir objetivos sociais e macroeconômicos por meio da companhia, que podem causar efeito material adverso.

Em entrevista ao GLOBO ontem, o ministro de Minas Energia, Bento Albuquerque, negou qualquer mudança na política de preços da estatal e disse que isso não foi discutido com Adriano Pires. O economista é, inclusive, um defensor da política de precificação da Petrobras.

A Petrobras disse à SEC que a maior parte da receita vem da venda de petróleo bruto, derivados de petróleo e, em menor grau, gás natural. Afirma ainda que, atualmente, os preços do diesel e da gasolina são definidos levando em consideração o preço de paridade de importação internacional, margens para remunerar os riscos inerentes às operações e o nível de participação de mercado.

“Os ajustes de preço podem ser feitos a qualquer momento”, disse a empresa, explicando que o objetivo disso é manter os preços dos combustíveis em paridade com as tendências do mercado global, antes de alertar sobre a possibilidade de mudanças nessa política.

CVM abre processo administrativo sobre troca de comando na estatal

VITOR DA COSTA
E FERNANDA TRISOTTO
ecororia@globo.com.br
RIO DE JANEIRO

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM, órgão regulador do mercado) abriu um processo administrativo para apurar a troca no comando da Petrobras. As primeiras informações sobre a demissão de Joaquim Silva e Luna foram divulgadas na segunda-feira an-

tes do fechamento do mercado e sem que a Petrobras tivesse se manifestado sobre o assunto. Após o fim do pregão, as informações foram confirmadas pelo Ministério de Minas e Energia. No dia, os papéis da Petrobras recuaram quase 3%.

Em seu site, a autarquia afirma tratar-se de um processo no âmbito de notícias, comunicados e fatos relevantes referentes à companhia. Procura-

rada, a CVM afirmou que não comenta casos específicos.

No ano passado, a CVM abriu processo similar quando o presidente Jair Bolsonaro demitiu Roberto Castello Branco da presidência da estatal.

SECRETÁRIO CRITICA FUNDO

Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, criticou o fundo de estabilização de preço dos combustíveis. A proposta, que busca amortecer o impacto ao consumidor, é defendida por Adriano Pires, indicado pelo governo para a presidência da Petrobras.

—A posição do Ministério da Economia sempre foi muito clara em relação a esse ponto— afirmou. —A gente acredita que, para resolver o problema dos combustíveis, as medidas têm que ser mais fo-

calizadas. O fundo é caro e ineficiente. E é importante dar tempo ao tempo. As primeiras medidas foram adotadas e devem trazer resultado positivo.

Valle afirmou que é preciso aguardar para avaliar o impacto de medidas já adotadas, como a redução de tributos federais sobre o diesel e o projeto de lei que permite a estados alterarem o cálculo do ICMS.

Indagado sobre o fundo de

estabilização, ressaltou que a posição do Ministério da Economia não mudou em relação ao tema.

Em outra frente, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou ontem que a indicação de Pires deve manter as mesmas políticas que já vinham sendo adotadas:

—Esse novo presidente da Petrobras que vai ser nomeado, o Adriano Pires, se você ler tudo o que ele escreve, vai continuar tudo como dantes no quartel de Abrantes. Não vai mudar nada.

BTG acerta compra do controle do Banco Econômico

Instituição sofreu intervenção do BC em 1995 e estava em liquidação extrajudicial. Foco do negócio é recuperação de carteira de crédito

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

O banco BTG anunciou ontem compromisso para a aquisição do Banco Econômico e suas subsidiárias, que estão em liquidação extrajudicial. O valor da transação não foi divulgado. As ações do BTG (units) recuaram 2,98% na B3. O negócio foi adiantado pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mo-

biliários (CVM), o BTG informou que a operação faz parte da estratégia de investimentos da área de Special Situations (situações especiais) do banco.

O foco desse segmento é a aquisição e recuperação de carteiras de créditos inadimplentes e compra de ativos financeiros alternativos. Segundo o BTG, essa área acumula experiência em recuperação de instituições financeiras em regime especial.

A conclusão e o fechamento da operação dependem da verificação de determinadas condições, entre elas a interrupção do regime de liquidação extrajudicial, que será possibilitada pela liquidação ou saneamento de seus passivos financeiros. A operação dependerá da obtenção das aprovações regulatórias necessárias, entre as quais do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O controle do Econômico está nas mãos de três empresas: IEP Itapiracem Empreendimentos e Participações, Vitória Empreendimentos e Serviços e Aratu Empreendimentos e Corretagem de Serviços. As três empresas se comprometeram a vendê-lo ao BTG Pactual.

FUNDADO EM 1834

O Banco Econômico sofreu intervenção do Banco Central em 1995. Com sede na

cidade de Salvador, na Bahia, o banco, fundado em 1834, era a instituição financeira privada mais antiga do Brasil quando sofreu a intervenção.

O Banco Econômico foi um dos que quebraram após a implantação do Plano Real, em 1994. Com a estabilização da economia e o fim da hiperinflação, foram descobertas diversas irregularidades nos números do Econômico, entre elas maquiagem de balanços.

A instituição chegou a receber ajuda do governo por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação e do Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), mas não conseguiu se manter na ativa e entrou em liquidação judicial em 1996.

Além de maquiagem nos balanços, os técnicos do Banco Central concluíram que houve desvio de recursos da instituição para outras empresas dos controladores.

A parte "boa" do Econômico foi vendida ao banco Excel, posteriormente adquirido pelo BBVA. O banco espanhol deixou o Brasil nos anos 2000 após negociar seus ativos com o Bradesco.

INSS: Executivo terá de antecipar pagamento de perícia

Senado aprova projeto, que vai à sanção presidencial. Objetivo é destravar fila, já que Judiciário diz não poder arcar com os custos

JULIA LINDNER
julia.lindner@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em votação simbólica, por acordo, o Senado aprovou ontem projeto que determina que as perícias judiciais feitas em processos envolvendo benefícios do INSS devam continuar a ser custeadas pela parte derrotada na ação. Antes do término do processo, entretanto, a antecipação do pagamento deverá ficar sob responsabilidade do Executivo, o que, segundo parlamentares, ajudará a destravar a fila. O texto vai à sanção presidencial.

"O ônus pelos encargos relativos ao pagamento dos ho-

norários periciais referentes às perícias judiciais realizadas em ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e se discuta a concessão de benefícios assistenciais à pessoa com deficiência ou benefícios previdenciários decorrentes de incapacidade laboral ficará a cargo do vencido", determina o projeto.

O texto, porém, ressalta que "o ônus da antecipação de pagamento da perícia (...) recairá sobre o Poder Executivo federal."

Na argumentação, o relator da proposta no Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS), afirmou que o projeto "não

obriga os aposentados a custearem perícias em processos contra o INSS."

Ele afirmou que o projeto, em vez disso, busca assegurar que o cidadão de baixa renda tenha "o direito a contar com perícias custeadas pelo Poder Público no curso de processos judiciais contra o INSS."

CRÍTICA À PEC DO QUINQUÊNIO

Na visão dos parlamentares, determinar que a União faça o pagamento antecipado dos honorários vai contribuir para resolver o impasse das filas do INSS, já que o Judiciário alega não ter verba para arcar com esses custos. A regra se aplica a benefi-



INSS. Medida vai garantir que pessoas de baixa renda tenham acesso à perícia

cios assistenciais para pessoas com deficiência ou por incapacidade laboral, como auxílio-doença ou aposen-

tadoria por invalidez.

O impasse sobre orçamento para as perícias teve início com a vigência do texto

de gastos públicos, em 2017. Sem previsão orçamentária para o custeio do serviço, o Judiciário, até então o responsável financeiro, não conseguiu cumprir as obrigações, o que levou ao não pagamento de peritos durante todo o ano de 2019.

O vice-líder do governo no Senado, Carlos Viana (MDB-MG), usou as perícias para criticar a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, que prevê um bônus a juizes e promotores a cada cinco anos:

—Nós não temos dinheiro para pagar os peritos, mas estamos discutindo trazer de volta vantagens que são, na verdade, não benefícios, mas privilégios.

Segundo ele, os quinquênios representam "aquilo tudo que, no passado, tornou o Judiciário quase que uma casta no Brasil".